

22

Página

FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS
EM SUSTENTABILIDADE

NÚMERO 107 JUN/JUL 2017



PERIFERIAS

Onde se vê
escassez,
sobram
potencialidades

Conhecimento

A vida nas comunidades
melhora quando
se usa o saber local

Educação

O sistema escolar
reduz ou reproduz
desigualdades?

Gestão pública

Há muitos indicadores,
mas falta o olhar territorial

VAMOS ACABAR COM A EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS ESTRADAS.

Iniciativa:

CHILDHOOD
PELA PROTEÇÃO DA INFÂNCIA
FUNDADA POR S. M. RAINHA SILVIA DA SUÉCIA

Na mão certa

www.namaocerta.org.br

EDITORIAL

Por que periferias **importam**

Elas reúnem significativa parte da população brasileira e têm o menor acesso a oportunidades. Só por esses dois motivos as periferias urbanas e o combate às desigualdades socioespaciais já mereceriam figurar no topo das prioridades da gestão pública.

Mas as periferias também importam por tudo o que representam: imensa criatividade, forte relacionamento comunitário, enorme expressividade cultural, um celeiro de ideias e inovações, potencialidades as mais heterogêneas possíveis.

Historicamente, as periferias no Brasil influenciam comportamentos, tendências e movimentos culturais que acabam apropriados pelo “centro”. Ainda assim, este centro se refere às periferias de forma pouco elogiosa, geralmente nivelando-as como uma massa homogênea: “comunidades carentes”, “aglomerados subnormais”, “assentamentos precários”, “indigentes”.

Por que só enxergar escassez onde existem riquezas tão abundantes? O conceito de riqueza, infelizmente, ainda é determinado pela régua econômica, que por sua vez desconsidera ativos menos tangíveis, como os vínculos sociais, a espontaneidade, o jeito de ser e de viver das periferias.

Muito assediadas em períodos de campanha eleitoral, essas populações ficam praticamente invisíveis tão logo os gestores assumem seus cargos. Afogada em números e indicadores que pouco traduzem as especificidades de territórios tão singulares e diversos entre si, a administração pública perde a oportunidade de desenvolver nesses locais todo o potencial que ali reside. Perdem as periferias, perdem os centros, perdem todos.

Este Projeto Especial de PÁGINA22, que tivemos a honra de realizar em parceria com a Fundação Tide Setubal, é um convite para que a gestão pública aprofunde o olhar sobre esses territórios tão valiosos e incrivelmente ainda pouco compreendidos.

Boa leitura!

22

Página

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
DIRETOR Luiz Artur Brito

FGV EAESP
CENTRO DE ESTUDOS
EM SUSTENTABILIDADE

COORDENADOR Mario Monzoni
VICE-COORDENADOR Paulo Durval Branco

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORIA Amália Safatle

EDIÇÃO DE ARTE José Roosevelt Junior
www.mediacts.com

ILUSTRAÇÕES José Roosevelt Junior (seções)

EDITORIA DE FOTOGRAFIA Flavia Sakai

REVISOR José Genulino Moura Ribeiro

GESTORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO

Andrea Vialli, Cintya Feitosa,
DiCampana (coletivo fotográfico),
Diego Viana, Fábio Rodrigues, Haroldo da Gama Torres,
Magali Cabral (textos e edição), Mauricio Êrnica,
Neuza Árbocz, Paula Galeano, Pepe Guimarães,
Ricardo Sennes

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

Para informações sobre anúncio no website
e no pdf da edição disponível para download,
contate Bel Brunharo:
belbrunharo@pagina22.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Avenida Nove de Julho, 2029, 11º andar - São Paulo - SP
(11) 3799-3212 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL

Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky,
José Eli da Veiga, Leeward Wang,
Mario Monzoni, Pedro Telles,
Roberto S. Waack, Rodolfo Guttilla

IMPRESSÃO: H Rosa Serviços Gráficos e Editora
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 1.000 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados
por colaboradores expressam a visão de seus autores,
não representando, necessariamente, o ponto de vista
de PÁGINA22 e do FGVces.

 creative commons

A REVISTA PÁGINA22 ADERIU À LICENÇA
CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE
A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO - EXCETO
IMAGENS - DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.



CAPA

Além dos estereótipos

As periferias de grandes cidades são territórios onde a maioria das pessoas vive em situação de carência e vulnerabilidade. Falso ou verdadeiro?

- 10 Entrevista** A socióloga Maria Alice Setubal e o jornalista Tony Marlon defendem o uso de "periferias", no plural, pois são "múltiplas, diversas, divergentes e, algumas vezes, convergentes"
- 22 Gestão Pública** Influenciados por múltiplos fatores, gestores públicos tomam decisões e alocam recursos sem conhecer a fundo o seu grande eleitorado: as populações periféricas
- 26 Indicadores** Dados certos poderiam oferecer uma visão mais clara das mazelas das periferias
- 32 Participação** Iniciativas buscam reduzir a distância entre as populações periféricas e o poder público. Em São Paulo, plano de bairro surge como alternativa de mobilização
- 38 Caminhos** Aplicar o conhecimento cotidiano dos habitantes já é um componente importante para promover a integração urbana das periferias
- 42 Tecnologia** Como a tecnologia pode modernizar a gestão pública e aproximar as políticas dos anseios sociais

SEÇÕES

CAPA: ILMAR CARVALHO

5	Projeto Especial	6	Notas	9	Artigo I	31	Artigo II	37	Artigo III	46	Última
---	------------------	---	-------	---	----------	----	-----------	----	------------	----	--------



Muitas vozes, múltiplas leituras

Há uma década, a **Fundação Tide Setubal**, criada em 2006 como uma organização familiar, atua no enfrentamento das desigualdades na periferia da Zona Leste de São Paulo. A escuta, o diálogo, a presença e a criação de vínculos com a região são pressupostos que orientam nossas ações construídas com a comunidade.

Nos primeiros dez anos, o percurso de atuação institucional deu-se no Extremo Leste de São Paulo, centrado no desenvolvimento local por meio da cultura, do esporte, do empreendedorismo, da formação para a cidadania de jovens, famílias e educadores. Com base nos resultados e aprendizagens desse percurso, assumimos o desafio de inaugurar um novo ciclo de atuação, voltado para outras periferias urbanas, para a produção de conhecimento e para a incidência em políticas públicas, estimulando a participação popular e a transparência de dados abertos e territorializados sobre alocação de recursos públicos. Buscamos, assim, contribuir para a redução das desigualdades socioespaciais e a justiça social.

Sabemos que temos um desafio que não se pode enfrentar sozinho. As periferias são múltiplas e heterogêneas, assim como a complexidade das questões sociais. É preciso mobilização, articulação e fortalecimento de atores e instituições locais, poder público, moradores e sociedade civil para ações multidimensionais e intersetoriais, em meio aos processos contínuos de produção de desigualdades.

É preciso também espaço para debater o tema, por meio de diferentes olhares e vozes, criando diálogos capazes de construir caminhos conjuntos para a transformação social. A parceria da Fundação Tide Setubal com PÁGINA22 – neste Projeto Especial – nasce alinhada a tal perspectiva. Produzimos esta edição com o propósito de proporcionar a leitura do tema de maneira múltipla e diversa. Esperamos que o conteúdo contribua para reflexões e diálogos, inspirando ações em diferentes territórios e proporcionando encontros na busca da igualdade.

Paula Galeano,
Superintendente-executiva da Fundação Tide Setubal

FORMAÇÃO

Potências das periferias

Quando a realidade é muito dura à sua volta, nada como encontrar pessoas que enfrentam situações semelhantes e sonham em transformá-las. Mesmo que elas estejam a quilômetros de distância. O fenômeno das redes *on-line* possibilitou que pares se encontrem, conversem e desabafem para fazer frente aos desafios do seu dia a dia. Além de facilitar o compartilhamento e a disseminação de soluções criativas e inovadoras.

Ciente do poder dessa conexão, nasce no Brasil uma proposta inédita, a formação da rede Internacional das Periferias, lançada pelo Instituto Maria e João Aleixo. Este, por sua vez, criado pelo Observatório das Favelas, é uma organização voltada para firmar uma agenda de Direitos à Cidade, através da ressignificação das favelas e melhores políticas públicas. "Periferia é plural. Não existe modelo único. Reuniremos pessoas

de diferentes periferias do mundo para que, juntas, por meio de vivências e trocas, formulem um novo pensamento sobre seus territórios. Um olhar transformador que desperte para as diversas realidades e potenciais que elas contêm", diz Eliana Sousa Silva, filha de Maria e João Aleixo, criadora das Redes de Desenvolvimento da Maré e idealizadora do projeto.

Como base para essa rede, o instituto selecionou, em 2017, dez bolsistas para um programa de formação com residência no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, entre os quais seis participantes da América Latina (três de diferentes estados do Brasil), três de países africanos e um de Portugal, priorizando grupos historicamente marginalizados. Estes construirão em conjunto uma visão tomando por base a vitalidade da comunidade, que possa ser uma referência para o fortalecimento da democracia contemporânea.



ALCINEA CAVALCANTE



RAFAELA SILVA

ARTE NA AMAZÔNIA

Encanto dos Alagados

Casas de palafitas já foram retratadas em quadros, músicas, poesias e romances. Se essa situação serviu de fonte de inspiração para muitos artistas, por que não percorrer a via contrária e levar arte até os habitantes desses espaços e, com ela, ampliar seus horizontes, seus sonhos?

Esse foi o desejo de Wenner George, um produtor cultural de Macapá (AP). "Recebi uma indenização de uma casa e resolvi investir em um **espaço** junto às palafitas de Muca, na Zona Sul daquela cidade. A população ali não tinha acesso a produtos

artísticos", explica o criador do projeto Encanto dos Alagados. Em parceria com um coletivo que integrava no ano de 2011, George começou a fazer apresentações teatrais, de circo, contação de histórias, oficinas e muitos outros eventos que, no decorrer do tempo, atraíram a atenção para a situação do local.

Em dezembro de 2013, por exemplo, a encenação do *Auto de Natal* sobre as passarelas de madeira da área, muitas em más condições, conquistou a promessa de reforma pela prefeitura. No mesmo ano,

conseguiu transformar o que era um ponto de leitura em uma biblioteca, graças à parceria com a escola estadual da região. Nos seis anos de trabalho, mais agentes culturais se juntaram à iniciativa e aproveitaram para levar informações essenciais aos moradores, além de apurar seu senso estético e filosófico.

"Somos um ponto de resistência", define George. Já a poeta Márcia Corrêa prefere ver o Encanto como uma flor-de-lótus dedicada a transformar o entorno em um jardim de "saberes, pulsares e fazeres".

JORNALISMO

É Nós!

Da ideia de ensinar, durante cinco sábados, moradores do Capão Redondo a fazer fanzines, as jornalistas Amanda Rahra e Nina Weingrill construíram um laboratório intenso de descobertas das periferias na Grande São Paulo. "Começamos como voluntárias e foi impossível parar", relata Rahra. "A formação que oferecemos parte da mão na massa, da ação. Isso abre a percepção dos participantes tanto para as realidades a sua volta quanto para suas próprias habilidades e identidade".

Na Escola de Jornalismo que mantém

desde 2009, já se graduaram mais de 300 jovens de bairros afastados, por meio de bolsas de estudo conquistadas em disputado processo de seleção. Em 2017, foram 270 inscritos para as 10 vagas disponíveis.

Os escolhidos desenvolvem visão crítica das mídias, aprendem técnicas de trabalho nas variadas linguagens e realizam suas próprias produções. Entre elas, destaques como "Identidade Parcelada", reportagem multimídia sobre consumo e influência de marcas na juventude da periferia; "Menina Pode Tudo", investigação sobre machismo e

violência nas periferias de cinco capitais; "Jovens Políticos", grande reportagem sobre a bancada jovem na Câmara dos Deputados; e o "Prato Firmeza", primeiro guia gastronômico das periferias de São Paulo.

O aprendizado engloba modelos de negócios e como gerar renda com um jornalismo diverso, plural e de qualidade. A iniciativa, batizada de É Nós - Inteligência Jovem, conta hoje com ensino *on-line* e uma agência de notícias sobre as periferias, além de parcerias com veículos da grande imprensa para difundir os conteúdos de seus alunos.

INOVAÇÃO

Máquinas contra a taxa de pobreza

Ao se tornar estudante de Engenharia Comercial, José Manuel Moller mudou-se para um bairro da periferia de Santiago, no Chile, em uma casa dividida com amigos. Todos com pequena renda, adquiriam comida e itens de limpeza nos mercados próximos, um pouco a cada semana, conforme obtinham algum dinheiro. Não demorou para Moller notar que pagavam muito mais pelos produtos dessa forma do que se pudessem optar por embalagens maiores.

"Essa é a realidade nas periferias. As pessoas trabalham, recebem e compram aquilo que dá. Não importa se esta compra fragmentada sai mais cara. É o que eu chamo de "taxa de pobreza". Para combatê-la, Moller imaginou vender produtos a granel, diretamente dos produtores, nos próprios armazéns locais. Para

solucionar o desafio da higiene nesse modelo, imaginou uma máquina capaz de automatizá-lo. Graças a um prêmio de um concurso universitário, produziu os primeiros protótipos de sua ideia em 2012. No ano seguinte, após outro prêmio de fomento, uniu-se ao *designer* industrial Salvador Achondo para criar a empresa Algramo e difundir sua solução em toda a América Latina.

Hoje, colecionam 18 prêmios de reconhecimento, alcançam mais de 780 pontos de venda no Chile e na Colômbia e ainda comemoram mais de 46 mil toneladas de resíduos sólidos evitados, graças à eliminação de embalagens não retornáveis. Os produtos fornecidos em suas máquinas são, em média, 40% mais baratos que os comercializados em pequenos volumes e geram maior ganho aos comerciantes parceiros.

FESTIVAL

Literatura engajada

Sentir-se parte ou não do tecido social central dos núcleos urbanos está ligado, em geral, ao CEP onde se habita. Contudo, o sentimento de isolamento, de invisibilidade, ou até mesmo de ser alvo de aversão, também se manifesta por razões muito mais difíceis de contornar.

Por isso, Júlio Ludemir, um dos idealizadores da Flup, a Festa Literária das Periferias, escolheu homenagear Caio Fernando Abreu no evento do ano passado. Para ele, a obra desse escritor gaúcho portador de HIV, que viveu de 1948 a 1996,

demonstra o entrelaçamento de uma periferia existencial com a territorial. "Uma não existe sem a outra e, além delas, há a periferia narrativa", completa.

Para lidar com todas elas, a edição de 2017 da Festa aborda as Revoluções. Por meio de encontros reflexivos, programados de maio a setembro na cidade do Rio de Janeiro, a 6ª Flup vai gerar uma coletânea de poesias e outra de narrativas curtas sobre o tema. Além disso, organizará a III Gincana Literária na rede de ensino carioca e encerrará com seis dias de evento

principal, em novembro, no Morro do Vidigal.

"Fomos uma antena para um movimento que já existia nas periferias: de novos leitores e novos autores. Mapeamos 120 saraus nos bairros periféricos só do Rio de Janeiro. Resolvemos ser uma plataforma de apoio a esse público que busca e se faz representar em criações literárias", explica Ludemir, ao relembrar como iniciou o trabalho em conjunto com Écio Salles entre os jovens de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, em 2008.



CIDADANIA

Soluções urbanas em jogo

Um lugar malcuidado convida a mais pouco caso. Vira, aos poucos – ou, algumas vezes, bem rapidinho – depósito de lixo, entulho, e não raro, ponto de criminalidade.

Este é o relato mais frequente que os integrantes do Instituto Elos ouvem quando visitam bairros afastados dos centros das grandes e médias cidades brasileiras. Nascido do encontro de cinco jovens amigos arquitetos, a organização vê abundância onde muitos enxergam escassez.

“Nossa atuação está baseada nos sonhos, mais do que nas queixas, e realizá-los

com cuidado, afeto e celebração. Acreditamos que podemos materializar o melhor dos mundos se isto for feito de forma livre e espontânea, desde já”, comenta Rodrigo Alonso, um dos fundadores.

Assim, criaram juntos algumas ferramentas de mobilização cidadã que alavancam a ação coletiva. Entre elas, o Jogo Oásis e a jornada dos Guerreiros Sem Armas. Ambos partem da diversão para despertar a vontade de sonhar um bairro melhor, ao mesmo tempo que convidam os diversos atores locais a se envolver: moradores,

ONGs, governo, lideranças e empresas.

O resultado são mais de 20 pontos em periferias de todo o Brasil renovados e transformados de acordo com as escolhas de seus habitantes, desde 2000. Alguns que até mesmo enfrentavam problemas graves de enchentes ou disputa de gangues. Toda a metodologia desenvolvida nestes 16 anos de trabalho está disponível no site do Instituto Elos para quem quiser “realizar um Oásis” onde mora; com manual detalhado e suporte nas mídias sociais.

EVENTO

Inventando moda

Passarela, *glamour*, marcas famosas e roupas caríssimas. Um espaço, em geral, inacessível e elitizado, teve suas portas abertas à periferia quando modelos e estilistas de Paraisópolis, comunidade da Zona Sul paulistana, participaram da São Paulo Fashion Week 2017, no palco da TNT-Lab. A proeza de unir os dois polos deve-se a Alex Santos, idealizador do Periferia Inventando Moda (PIM), evento semestral iniciado em 2014.

“Tem gente criativa e bonita na periferia. Quando a galera se vê dentro da São Paulo Fashion Week, entende que pode fazer parte, o que é superimportante para a sua identidade e autoestima”, comenta Nilson Mariano, psicólogo, produtor-executivo do projeto.

Foi num curso de Corte e Costura em Paraisópolis que Alex descobriu sua verdadeira vocação, embora sonhasse em ser publicitário. A partir daí, ingressou em Design de Moda e passou a dar *workshops* de modelos na escola da comunidade. “A experiência *fashion* faz com que o indivíduo reflita sobre seu estilo pessoal, sua identidade e o modo com o qual se apresenta e se coloca no mundo”, explica.

Sua iniciativa se desdobrou em *workshops* de beleza, de fotografia, de DJ, e outros eventos como o Maloka Fashion, além de editoriais regulares de moda, uma agência de modelos e, até, uma aceleradora de marcas, que acompanha por um ano os criadores selecionados para cada PIM. “Existe o lado ruim no universo da moda, o do jogo de ego. Mas essa mesma sede de superação provoca um aprendizado constante, incentiva cada um a dar o melhor de si e a aprimorar o seu olhar para a sociedade”, conclui o empreendedor.



HAROLDO DA GAMA TORRES

Demógrafo e doutor em Ciências Sociais, é sócio da Din4mo, empresa voltada para o desenvolvimento de negócios com impacto social positivo

artigo

Isso que entendemos por desigualdade

Embora as estatísticas deem uma noção objetiva sobre a dimensão da disparidade social, esta só pode ser compreendida em uma experiência vivida

Como demógrafo, trabalhei certo período na Fundação Seade, estudando as mais diversas estatísticas relacionadas a desigualdades urbanas. Como se sabe, podemos falar desse tema em termos de renda, condições residenciais, educacionais e de oportunidades, ou ainda por recortes distintos segundo etnia, gênero e acesso a serviços públicos. Mas foi o percurso diário à fundação, então localizada no coração da Cracolândia, em São Paulo, que talvez me tenha dado uma noção mais profunda sobre o significado dessa expressão.

Próximo à Estação da Luz, esse local já era então o território dos “noias”, como são chamados os usuários de *crack* que circulam livremente pelo espaço. Em geral, são seres quase etéreos, meio desorientados, sujos e desnutridos. Uns nos abordam pedindo algum trocado, enquanto a maioria segue desconexa, não raro arrastando um cobertor velho. Como encará-los?

Às vezes, saía para almoçar na Sala São Paulo, um espaço restaurado e agradável do Centro, protegido por seguranças, onde nós, “os normais”, podemos comer com tranquilidade. Porém, o caminho mais curto entre o Seade e a Sala São Paulo passava pela Rua do Triunfo – uma ironia que dá nome a um conjunto de fracassos urbanos: prédios invadidos, lojas de computadores usados, oficinas mecânicas um pouco suspeitas, lixo. Mesmo na hora do almoço, só me arriscava a andar pela Rua do Triunfo em grupo.

Para além dos noias – talvez o espectro social mais extremo de nossas assimetrias –, são muitos os viventes urbanos que escolhemos não ver: a moça drogada, caída na calçada no sol do meio dia; o mendigo acampado sob a marquise da agência bancária; o velho



que vasculha o lixo buscando algo para revender e ter o que comer.

Como é dormir diariamente em um quarto de 8 metros quadrados, mofado e sem ventilação, em uma favela? Como se sente uma mãe quando o filho vai para uma escola que ela sabe de qualidade duvidosa, onde o professor falta com frequência e para onde o filho segue, passando por um caminho inseguro?

Vivi grande parte da minha carreira produzindo e divulgando estatísticas. Com esse recurso, eu e tantos outros buscamos mostrar que, no Brasil, os 10% mais ricos detêm mais de 50% da renda total; quase metade dos brasileiros não tem coleta de esgoto; e ainda, em São Paulo, se contam cerca de 1 milhão de favelados e mais de 600 mil analfabetos adultos. Hoje, percebo que nos faltavam informações fundamentais: Como é viver essa vida? Como os que a vivem enxergam o mundo?

De fato, embora as estatísticas nos deem uma noção objetiva sobre a dimensão das desigualdades, a Cracolândia ou as diversas favelas e periferias

urbanas que tenho percorrido me levaram a entender que a desigualdade social só pode ser compreendida em uma experiência vivida. Lembro frequentemente de um texto memorável de Jane Jacobs, uma urbanista que – ao escrever sobre Nova York – chamou atenção para a importância da interação entre os cidadãos no espaço urbano, sem o que uma cidade não existe de verdade (“The importance of the sidewalk”).

Só podemos nos reconhecer como conviventes em uma mesma cidade ao interagir uns com os outros no espaço público. Precisamos entender que o mendigo esbravejando do outro lado da rua, o menino da periferia com dificuldades na escola, a família que vive na casa de 20 metros quadrados na favela, sem piso ou banheiro completo, e eu compartilhamos um destino comum.

Sei que, no plano individual, temos poucas oportunidades de mudar tudo isso. Mas sei também que a cidade errada, incompleta, confusa e injusta é a minha cidade. Por isso, é preciso olhar para ela, pensar sobre ela, e agir.



É preciso transver o mundo

POR AMÁLIA SAFATLE E MAGALI CABRAL FOTO PEPE GUIMARÃES

Dizem que a periferia é carente – mas carente do quê? Só o Estado pode dar escala às políticas de transformação social – mas de que Estado estamos falando? Os resultados de educação das escolas das periferias não são tão distintos dos consolidados de outras regiões – mas leva-se em conta a desigualdade que existe dentro de cada uma dessas localidades? Fulana de tal empreendeu na favela – ou estava apenas tentando sobreviver?

Perguntas como essas indicam que lidar com a questão das desigualdades socioespaciais no Brasil requer um olhar bem mais aprofundado e cuidadoso. Qualquer leitura apressada sobre um tema tão complexo recai em visões estereotipadas, simplistas. Nesta conversa, partimos de dois pontos de vista, o da socióloga **Maria Alice Setubal**, falando sobre as periferias com base em experiências como a da Fundação Tide Setubal, e o do jornalista **Tony Marlon**, falando a partir das periferias. Uma causa comum aos dois é a defesa do conceito plural de periferia, pois são “múltiplas, diversas, divergentes e, algumas vezes, convergentes”. Essa diversidade exige abordagens peculiares, seja por parte do gestor público, seja de qualquer cidadão na sua relação com a cidade. “Como diz Manoel de Barros, é preciso transver o mundo”, pontua Tony.

Formada em Ciências Sociais e doutora em Psicologia, **Maria Alice (Neca) Setubal** é presidente do Conselho Consultivo da Fundação Tide Setubal, que atua em São Miguel Paulista, Zona Leste de São Paulo. Também preside o Conselho de Governança do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife)

Tony Marlon é jornalista e fundador da Escola de Notícias, que atua no Campo Limpo, Zona Sul de São Paulo. Filho de boias-frias nascido em Salinas, no Vale do Jequitinhonha, participou do Projeto Arrastão, onde teve os primeiros contatos com oficinas de comunicação. Ao ser selecionado no programa Virada de Futuro da Fundação Abrinq, conquistou uma bolsa para o curso superior



Nas duas últimas décadas é perceptível um movimento de valorização das periferias. Vocês concordam com essa visão? Se sim, qual a origem desse movimento?

Maria Alice (Neca) Setubal – De um lado, sim, diria que a periferia adquiriu maior visibilidade, especialmente pelas questões culturais, os coletivos, a questão da música, da diversidade etnorracial e de gênero. Por outro lado, há um posicionamento que traz os ódios, as intolerâncias em relação à periferia. Talvez um exemplo forte sejam os “rolezinhos”: não é permitido aos jovens entrar no shopping... como assim? Então esse olhar em relação à periferia é ambíguo da parte da sociedade.

Tony Marlon – A gente, que mora na periferia, tem uma frase inicial: a gente não está representando, porque não tem essa de representatividade, mas é uma voz dentro da representatividade. Outra coisa que para mim é muito forte é a briga simbólica para pluralizar a periferia, de colocar um “s” no final. Porque elas são múltiplas, diversas, divergentes e, algumas vezes, são convergentes. Exemplo rápido: há dez dias, a Fundação Perseu Abramo realizou uma conversa sobre a percepção política da periferia. Das quatro pessoas que estavam falando, nenhuma era da periferia. Isso não fez nenhum sentido pra gente. A gente, que faz parte da Rede Jornalistas das Periferias, fez uma mega-ação blocada de todo mundo ir lá e falar: “Mano! Vocês estão loucos? Querem conversar sem botar a gente na conversa?”

Então, a disputa desse termo é justamente para dizer que a Zona Leste é completamente diferente da Zona Sul, que é completamente diferente da Norte, do Graja (Grajaú), do Campo Limpo. Toda a dinâmica comunitária é diferente uma das outras, inclusive a dinâmica de ação social. São 2 horas e 40 para colar no Colônia, no extremo Sul. Dá quase pra ir a Santos e voltar.

No último ano e meio, parece que todo mundo descobriu essa força política que as periferias têm. A pesquisa da Perseu Abramo fala sobre isso. A gente estava problematizando uma série de coisas sobre isso. Mas só agora todo mundo resolveu escutar, de uma fonte oficial, legitimada por alguém, dentro de uma pesquisa? Só o Campo Limpo tem mais de 600 mil pessoas, mas a pesquisa ouviu 90.

Escrevi um texto em que o [secretário de Cultura

de São Paulo, André] Sturm falou que adoraria que o artista do Capão Redondo fosse levado para o Centro, circulasse pela cidade, mas não um *rapper*, e sim um músico, um artista [risos]. Quer alguém que manje mais de pesquisa de música que o KL Jay dos Racionais MC’s? Fiz um texto gigante que termina assim: “O [álbum] *Sobrevivendo no Inferno* foi a política pública que nenhuma prefeitura fez: me deu identidade”. Isso nos anos 90, e os saraus fizeram o mesmo nos anos 2000. Se o *rap* me deu o direito de existir, o sarau me deu um palco. Não só eu existo, mas tem um senhor que aprendeu a ler aos 18, hoje tem 51 anos e está no seu décimo romance. Ele é eletricista. Tem essa coisa do olhar que é uma ação de conquista que passa pelo viés cultural – o que o Sarau do Binho fez por nossa geração a gente nunca vai conseguir agradecer, mas acho que tem isso de aqui é até onde você pode ir. E o rolezinho é a prova disso.

Eu percebo isso quando a gente vai participar de alguns espaços e leva problematizações do tipo: “Não tem mulher negra nessa mesa?” E ouvi dizerem: “Nossa, esses caras são chatos, hein!” Eu falei: “Desculpa, mas vocês me convidaram para uma mesa de sete pessoas e tem sete homens? Não me sinto à vontade”. Daí eles dizem: “Mas não tem nenhuma mulher fazendo trabalho de comunicação comunitária”. Como não? Então tem uma parada de valorização, sim, principalmente porque os saraus e o *rap* deram uma identidade política, um norte político para o discurso. Mas, ao mesmo tempo, fica aqui no seu cantinho.

Isso fica mesmo no cantinho ou acaba sendo apropriado como se deu com o samba? Existe um paradoxo de que a periferia cria, e o reconhecimento dessa criação pelo centro é ao mesmo tempo a sua expropriação. Como lidar com isso?

Tony – O caminho se faz caminhando. Por exemplo, tem gente do *hip-hop* que acha que o Emicida é um vendido. Se os Racionais MC’s não continuassem cantando *Diário de um Detento*, eu nunca saberia que existe um preso chamado Mumia Abu-Jamal, dos Panteras Negras.

Os Racionais MC’s representam o marco do

início desse movimento de valorização?

Tony – Pra mim, sim. O Sérgio Vaz e o Binho deram o palco, e os Racionais, a identidade.

Neca – Se você pensar no olhar capitalista, todos os movimentos são cooptados e transformados. Mas aí os movimentos também têm de se transformar. Porque a outra alternativa é ficar segregado, falando só com os seus amigos.

É como repartir os benefícios da biodiversidade: o mateiro descobre uma planta medicinal, mas em geral quem explora a descoberta é a indústria farmacêutica. A questão é como repartir os benefícios?

Tony – Um exemplo que vivi há um mês: uma empresa com interesse em grupos jovens me procurou, pagando uma grana que meu pai e minha mãe trabalharam uma vida pra ganhar e comprar uma casa. Eles iam me pagar isso em um mês pra eu ajudá-los a desenhar uma estratégia de comunicação para jovens da periferia. Eu fui muito direto: “Vocês querem mudar o *modus operandi* na forma de se relacionar?” A menina da agência: “Não, o que o meu cliente quer é vender o produto dele”, porque ele não consegue vender lá. Eu levantei, e disse: “Muitíssimo obrigado, mas não me interessa ativar consumidores. Agora, se você quiser repensar o seu modelo de negócios e quiser que a responsabilidade social não seja vista como uma área, mas como um valor institucional, aí você me chama para que a gente gere valor para as duas partes”.

Por que as periferias importam para vocês? Por que essa causa os move?

Neca – Na Fundação [Tide Setubal], a gente tem o mote de que o território importa e isso possui vários significados. As políticas públicas não podem ser políticas homogêneas que vêm direto de um órgão central de Brasília, do Oiapoque ao Chuí, como se todos fossem iguais, como se as regiões do Brasil não importassem. Estamos falando de pessoas diferentes, biomas diferentes, realidades sociais e econômicas completamente diferentes.

Então, quando dizemos que periferia importa e que o território importa, nós estamos falando de espaços diferenciados e que as políticas públicas têm de estar de acordo com aquelas realidades. Certamente, as periferias de São Paulo são

diferentes entre si, como são diferentes as de Fortaleza, de Belo Horizonte, e assim por diante. Então é ter um novo olhar que leve em conta o que é aquele espaço, aquela região, qual a história, os valores, as tradições, quais são as políticas que já vieram antes, por que deram certo, por que não deram. É conseguir customizar muito mais as políticas públicas.

Somos uma instituição preocupada em combater as desigualdades, especificamente as socioespaciais. O que é o direito de circulação na cidade? Onde está a equidade? Qual é o orçamento da cidade? Como esse orçamento se divide entre as várias regiões? Se não olharmos para a desigualdade, não vamos conseguir construir esse país que está sendo falado aí. Não estamos falando de 5%, 10%, estamos falando de 30%, 40% da população em nível de pobreza. É muito significativo.

Tony – Importa porque é uma força de trabalho da cidade muito forte. Hoje eu tinha uma reunião às oito e meia, peguei o trem às seis e vinte para conseguir chegar em tempo e o trem estava lotado – é um fluxo migratório mesmo. A gente está sempre falando em termos relativos. Quando você olha para dentro do Campo Limpo e você vai para o sul, percebe que nas bordas existe a periferia da periferia. É assim

em Paraisópolis. Tem uma avenida principal onde as casas são triplex, como diz o Criolo [na faixa *Grajaúex*], duas lajes é triplex. E você tem a grota. Ninguém quer colar na grota, porque lá é onde o bicho pega. Acho que por isso é importante problematizar essa coisa do plural.

Neca – Uma vez, na Secretaria de Educação, ouvi uma apresentação de um pesquisador mostrando que os resultados de educação das escolas das periferias não eram tão distintos dos resultados consolidados de outras regiões – justamente porque não se leva em conta essa diferença. A desigualdade está dentro de cada uma dessas regiões, por isso é mais complexo. Cada região reproduz a mesma lógica da cidade. As escolas que estão no centro regional têm os melhores professores e alunos com melhor nível cultural. À medida que se distanciam do centro, as desigualdades são maiores. Os dados encobrem esse cenário. A gente aqui na Fundação está começando a discutir muito como trabalhar os dados e traduzi-

Se o *rap* me deu o direito de existir, o sarau me deu um palco

A desigualdade está dentro de cada uma das regiões, por isso é mais complexo



los, porque esses dados estão todos bloqueados.

Tony – Eu gosto muito dessa coisa do “fazedor”, que sempre existiu e agora leva um nome oficial, “empreendedorismo social”. Essas pessoas vão emergindo por absoluta necessidade. Então, estou gravando agora uma série de entrevistas para lançar um *podcast* em junho e a pessoa fala assim: “Ah, que legal, fulana no Campo Limpo empreendeu né?” Imagina! Ela estava sobrevivendo. Ela nunca foi no Sebrae. É muito louco, porque, se as políticas públicas não chegam, esses fazedores começam a emergir porque precisam resolver um problema e a gente sabe que ninguém vai resolver. Um exemplo disso é o *shopping-trem* – o *shopping-trem* é maravilhoso. As pessoas ficam horas no trem e já compram tudo ali mesmo. Os produtos são lançados primeiro lá.

Essas iniciativas amenizam, mas não transformam a ponto de resolver o problema da desigualdade. Só o Estado pode dar escala às transformações?

Neca – Eu diria, em uma resposta rápida, que sim. Só o Estado tem o poder de alcance e tal para dar escala. Mas que Estado? Nenhuma fundação ou coletivo vai resolver nada isoladamente, mas a importância dessas iniciativas é influenciar, mostrar, fazer *advocacy*, fazer pressão. Essa é a escala possível para as fundações e coletivos: poder influenciar, trazer luz, provocar o debate, incomodar.

Tony – Percebo um movimento bem interessante. Metade do que sou se deve ao Projeto Arrastão. Foi ele que abriu a minha cabeça e me apresentou pra tudo que conheço. Só fiz faculdade por causa da Fundação Abrinq, que tinha o programa Virada de Futuro. Formou uma geração, todo mundo da minha turma saiu criando coisas que não eram ações sociais, mas algo assim: como é que eu pego esses valores que me foram ensinados, abraço uma atividade que gosto muito e pulverizo. O Rubens foi para a dança, eu fui para comunicação, o Washington foi para o teatro. A gente termina a nossa jornada lá no Arrastão, sai e vai criar coisas. Ficamos quatro ou cinco anos criando coisas.

O projeto Arrastão era socioeducativo, daí vem o Escola de Notícias e trabalha com Antroposofia,

coisa que ninguém falava lá. Aí um outro grupo – Leo, Sheyla, Fran –, sai de lá e fala e a gente vai trabalhar com mobilidade. Ninguém falava de mobilidade lá. E só falou de mobilidade porque o olhar diferente da Escola de Notícias, que foi formado pelo olhar diferente do Arrastão, fez com que eles pensassem: “Peraí, não é só o [Programa Escola] Bike Anjo que entende de mobilidade.

Esse é um exemplo de como se está rompendo um ciclo, por isso que ninguém está entendendo nada do que fazer na periferia. E essa galera que está vindo pergunta: “Tony, o que você vai fazer depois da Escola de Notícias?” Existir, né! Existir já dá trabalho pra cacete. Já ouço alguns financiadores dizerem: “A sua geração está saindo muito rápido do projeto que criou”. Eu respondo: “Lidem com isso! A nossa geração é uma geração multilutas e não vai ficar em um lugar só”.

E qual é a próxima luta?

Tony – Em breve nascerá a Historiorama, que vai desenhar conteúdos e experiências para que as pessoas usem a comunicação para restaurar a sua autonomia. Essa é a brincadeira. Estou desenhando um jogo de cartas para que as pessoas tenham conversas profundas, não sobre o que elas fazem,

mas sobre quem elas são. As conversas genuínas nascem de quem a gente é, não do que a gente faz.

Queria muito entender como este aparelhinho [mostra o celular] cria experiência que me dá possibilidade de autonomia sobre a minha vida. Informação é poder. Apreendi com o meu pai quando a polícia entrou em casa sem mandado e meu pai comprou uma Constituição e começou a ler. E ele falou: “Agora ninguém nunca mais vai entrar aqui, porque eu sei o meu direito”. É isso. Se a gente conseguir usar toda a tecnologia a nosso favor para criar experiências cidadãs, empáticas, a gente restaura a nossa autonomia.

Tem muita potência nas periferias, mas o que aparece é o estereótipo da carência.

Neca – Tem múltiplas potências, mas também existem muito menos recursos, mesmo. E há um preconceito muito forte em relação à periferia. É preciso se virar muito mais para conseguir que o empreendedorismo dê certo. Você [Tony], o Bi-

O que mais me irritava era quando a TV nos apresentava como jovens carentes

Indicadores são importantes, mas é preciso articular dados quantitativos e qualitativos. Hoje se desperdiça muito dinheiro público

nho, o Sérgio Vaz têm uma rede de conexão, mas outros não conseguem.

Tony – Quando eu era menino, o que mais me irritava era quando a TV nos apresentava como jovens carentes. Carente não é sobrenome. E o padrão de carência é interessante, porque em geral é um padrão econômico. Mas, como o meu valor não passa simplesmente pelo econômico, para mim não existe carência nesse sentido. Alguém como a Suzane von Richthofen, para mim, é carente de humanidade, amor, afeto. Eu brincava com os repórteres: “Quando fala de carência, você se refere a quê?” Essa coisa do carente emerge bastante, porque a visão de mundo é estabelecida pelo econômico. E não é assim que funciona.

Quando a gente vai falar de indicadores sociais, eles também não consideram os ativos intangíveis, criativos. Os indicadores captam ainda menos que a gente imagina?

Neca – Tenho uma diferença com análises que consideram apenas dados quantitativos, porque precisam ser demonstrados com regressões e grandes gráficos. Tudo o que não é medido, mensurável, sai fora desse tipo de análise. Por exemplo, como medir o que é um bom professor? Muitas das competências para ser um bom professor não são mensuráveis quantitativamente. Não dá para medir, por isso não se leva essa informação em consideração. Mas como se pode tirar da análise o professor, que é quem mais impacta na educação, como demonstram as pesquisas nacionais e internacionais? Essa questão dos indicadores é importante, mas precisamos amadurecer muito, de modo a articular dados quantitativos e qualitativos. Enquanto isso, desperdiça-se muito dinheiro público em projetos que às vezes viram espuma.

Falamos sobre preconceito agora há pouco.

Neca, você, que é de uma família da elite econômica, sofre preconceito pelo fato de ser da elite, de uma família de banqueiros?

Neca – Já sofri muito ao longo da vida. Tinha dificuldade em lidar com o sobrenome e tudo com o que a família representa. Eu, que sempre atuei na área social e de educação, me sentia culpada com essa ambiguidade. É uma questão sempre difícil. Quem não me conhece já me rotula. Mas já foi pior, porque hoje já tenho uma trajetória e isso fez com que eu seja hoje mais reconhecida pela consistência dessa história do meu trabalho profissional e da minha vida pessoal.

E o que despertou lá atrás essa vocação social em você?

Neca – Eu estudei em um colégio de freiras experimental, o Nossa Senhora do Morumbi. As freiras que estavam atuando para aquele grupo experimental eram superjovens – a maioria delas logo depois largou a escola e foi para a Teologia da Libertação. Nessa fase, tive uma educação voltada para direitos e justiça social. Foi ali que comecei a me ligar no tema. Depois fiz Ciências Sociais. Sou de uma família de banqueiros, mas que sempre respeitou muito as minhas posições. Gostavam de um debate, valorizavam a liberdade de expressão e de escolher os próprios caminhos.

Tony – Essa porrada existe aqui e existe do outro lado também. Um monte de gente hoje não gosta do Mano Brown, porque ele faz show no Credicard Hall. O Brown não está preso mais, ele está falando de outras coisas. Mudou, já passaram 24 anos. Vamos libertar. A gente não precisa de herói. A gente não está se escutando. Eu trouxe o Caco Barcellos [do programa *Profissão Repórter*] no início da Escola de Notícias. “Pô, mano, vai trazer logo um cara da Globo?” Mas é o Caco Barcellos, não é a Globo. Como diz Manoel de Barros, é preciso transver o mundo. [vz](#)

Trutas e quebradas

As periferias de grandes cidades como São Paulo são territórios onde a maioria das pessoas vive em situação de carência e vulnerabilidade. Falso ou verdadeiro?

POR MAGALI CABRAL

FOTO DICAMPANA FOTO COLETIVO

Responder essa questão não é tão simples quanto poderia ser duas décadas atrás. De lá pra cá, por razões ainda não totalmente decifradas, provavelmente por falta de distanciamento no tempo, tem surgido nas periferias e favelas tantas iniciativas autênticas no campo das artes e do conhecimento que, somadas, sugerem ser possível uma interrupção na polaridade centro-periferia.

Um bom começo para tentar entender o turbilhão de ações criativas de âmbito cultural, social e econômico que movimenta e areja a vida nas periferias das capitais brasileiras é ler a esclarecedora *Carta da Maré – Manifesto das Periferias*. Escrita a muitas mãos de várias nacionalidades durante o Seminário Internacional de Periferias, realizado em abril no Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, diz a *Carta*:

■ Leia em bit.ly/2q8BUrn

“(…) a definição de periferia não deve ser construída em torno do que ela não possuiaria em relação (...) a um centro hegemônico. Ela deve ser reconhecida pelo conjunto de práticas cotidianas que materializam uma organização genuína do tecido social com suas potências inventivas, formas diferenciadas de ocupação do espaço e arranjos comunicativos contra-hegemônicos e próprios de cada território.”

Claro que o documento inclui também uma extensa lista de desafios voltados para a redução da desigualdade e o bem-viver, mas o enfoque é a valorização das potencialidades existentes nos bairros periféricos. O geógrafo e dirigente do Observatório de Favelas Jailson de Souza e Silva, um dos autores da *Carta*, explica que há um tipo de olhar “domesticado” que impede algumas pessoas de ver beleza em lugares como a Maré, onde vivem mais de 140 mil moradores em cerca de 40 mil habitações. “[Alguns visitantes] não conseguem ver nenhuma beleza na favela, não enxergam a intensidade das ruas, a sensualidade presente na juventude, a criatividade nas experiências culturais e artísticas, o valor das crianças brincando soltas, as músicas, as danças.”

Outra possibilidade para entender esse novo conceito de periferia pode-se notar ao dar uma conferida *in loco* nas quebradas. Para quem tem o hábito de só frequentar eventos no Centro Expandido de São Paulo, participar de um dos muitos saraus que acontecem semanalmente em vários bairros mais afastados pode ser instrutivo. No mínimo, aprende-se que de fato está míope quem só enxerga carência e violência nas periferias.

Só na Zona Sul da cidade é possível optar entre o Sarau da Cooperifa, o mais antigo de todos, o do Binho, o Preto no Branco, o Sobre-nome Liberdade, entre vários outros ainda não tão badalados. Na Cooperifa, a qualidade dos versos, o tempero dos quitutes do Zé Bati-dão – o dono do bar que abriga o movimento –, a temperatura da cerveja e o astral despojado, alegre e participativo da “plateia” são capazes de facilmente transformar um visitante pontual em frequentador contumaz.

CIDADE EM PEDAÇOS

O velho Aristóteles dizia que a cidade ideal seria aquela que do ponto mais alto fosse



Por não frequentarem as periferias, quantos londrinos deixaram de conhecer pessoalmente o maior dramaturgo de todos os tempos?

possível enxergá-la toda. A ideia presente nesta concepção de *pólis*, segundo o economista e sociólogo Marcelo Paixão, professor do Departamento de Estudos Africanos e da Diáspora Africana e do Instituto de Estudos Latino-Americanos Teresa Lozano, da Universidade do Texas (EUA), é a de que os habitantes, mesmo não sendo uma família, são como se fossem, pois há ali uma relação de identidade. “Se as pessoas de uma determinada comunidade política ou social não compartilham valores nenhum, [as relações] acabam virando uma grande confusão com todo mundo batendo cabeça.”

De certo modo, a reflexão do acadêmico descreve o que de fato ocorre nas grandes cidades em razão da polaridade centro-periferia. Haveria nessas relações, segundo ele, uma alteridade sem simetria de poder e de direito. “O centro pode muito e a periferia atua servindo ao centro.” Ou seja, o centro absorve das periferias mão de obra barata e isso, em princípio, significa uma melhor posição. Mas não. Para Paixão, mesmo que a criminalidade fosse zero, ninguém sai ganhando com uma cidade toda fragmentada em dimensões hierárquicas.

Como em qualquer tipo de instituição, comunidade ou agrupamento humano, quando se está fundamentado nessa lógica da fragmentação, as relações se traduzem em uma crise permanente, na qual ninguém se sente confortável. O que os dois lados perdem? O sociólogo explica que, nas relações, um polo não pode ser compreendido sem o outro. “Como dois territórios estranhos, o centro não pode entender o que a periferia tem de mais legal nem usufruir das formas de manifestação cultural ou dos espaços coletivos de sociabilidade que poderiam ser vividos por ambos. Do mesmo modo, a periferia poderia também ter no centro um local que fosse seu.”

PONTO DE VISTA

O produtor cultural britânico Paul

Heritage, professor de Artes Cênicas na Queen Mary Universidade de Londres, também tem um bom argumento para mostrar o que podem estar perdendo aqueles que fecham os olhos para as periferias. Imagine o mundo sem Shakespeare. Por não frequentarem as periferias da cidade, quantos londrinos deixaram de conhecer pessoalmente aquele que viria a ser o dramaturgo mais influente de todos os tempos? O bardo e sua trupe encenavam os espetáculos bem à leste do Rio Tâmisa, em uma das periferias mais degradadas de Londres na época. “Shakespeare hoje parece ser um autor do centro, e o meu trabalho é exatamente ‘descentralizá-lo’”, conta o inglês.

Para explicar como se “descentraliza” Shakespeare, Heritage começa lembrando que o conceito de periferia não é apenas geográfico. “É também de identidade.” A universidade, por exemplo, é central na formação de conhecimento, mas dentro da instituição há disciplinas diferenciadas situadas na periferia do ensino, entre elas as Artes Cênicas. “O teatro é um ato crítico e Shakespeare reunia nos séculos XVI e XVII cerca de 3 mil pessoas em um espetáculo. Tinha potencial para desafiar as autoridades. Por isso seu teatro era na periferia, onde aconteciam as lutas, as execuções, onde se fazia sexo, onde se amava, onde havia jogos ilegais. Gosto de pensar o teatro de Shakespeare assim – diz Paul Heritage. Ele adorava estar nas periferias.”

Quando desembarcou no Brasil, em 1991, o produtor cultural foi trabalhar em presídios, onde por 15 anos produziu peças teatrais com detentos, detentas e guardas. Essa experiência lhe mostrou que, de um ponto de vista periférico (para ele, as cadeias são como periferias), é possível enxergar o mundo com mais clareza, ideia que guarda semelhança com a do grego Aristóteles. “Às vezes, quando precisamos avaliar algo que já conhecemos muito bem, é preciso se deslocar. A periferia não é

um lugar apenas para ser visto, é um lugar de onde a gente consegue ver [o mundo] de forma diferente”, reflete Heritage, que atualmente trabalha no eixo Brasil-Reino Unido com movimentos culturais populares como o Nós do Morro, da Favela do Vidigal, na Zona Sul do Rio, e o grupo AfroReggae. “Aprendi aqui que, para Shakespeare, aquela região onde ele montava as suas peças era o melhor ponto de vista para olhar o rei, a coroa, a cidade.”

SUJEITO PERIFÉRICO

Criado em um bairro da Zona Leste paulistana, o sociólogo Tiarajú Pablo D’Andrea, em sua tese de doutorado, defendida no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, atribui à obra do grupo de rap Racionais MC’s, cujo primeiro disco é de 1988, a criação de um novo entendimento sobre o que seja periferia e a forte influência na autoimagem que os moradores passaram a ter de si mesmos.

Intitulada *A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e política na periferia de São Paulo*, a pesquisa trata do processo de surgimento desse sentimento centrado no orgulho da condição de “sujeito periférico”, termo que autor utiliza para definir o “indivíduo que passa a agir politicamente a partir desse orgulho”.

As letras das músicas do Racionais MC’s são altamente críticas e costumam enfatizar o discurso da falta, da pobreza e da violência. Mas também abordam as potencialidades da população. Em uma delas, *Trutas e Quebradas*, o grupo, integrado por Mano Brown, Ice Blue, Edi Rock e KL Jay, homenageia dezenas de bairros nos arredores da cidade de São Paulo e vários de seus personagens:

“... Não sei de nada./ Não salvo e amo quem me ama./ Desprezo o zé-povinho e amo a minha quebrada./ Obrigado Deus por eu poder caminhar de cabeça erguida./ Ae Jaçanã, Serra Pelada, Jardim Ebron de fé./ Firmeza Valcinho./ E ae 9 de julho, é nós./ Wellington, Pulguinto, tá valendo./ Calibre do gueto, Raciocínio das ruas, Relatos da invasão... é a caminhada certa./ Serrano, resistente,

firmão./ Ei, Valdiza sem palavras, hein?/ Jairão tá no coração, irmãozão./ Garotos de periferia sacode a rede/ que vocês são o amanhã, certo? ...”

A psicanalista Maria Rita Kehl chegou a analisar o notável sucesso do grupo em seu livro *A Fratria Órfã* (Olho D’Água, 2008): “É a capacidade de produzir uma fala nova e significativa sobre a exclusão, que faz dos Racionais MC’s o mais importante fenômeno musical de massas do Brasil dos anos 1990”. Para Tiarajú D’Andrea “... [os Racionais MC’s] foram os principais expoentes de uma nova forma de enxergar os territórios da pobreza no Brasil, e, por extensão, o próprio Brasil... É fato que após o surgimento do grupo e do impacto do discurso por eles elaborado nunca mais a visão sobre a periferia foi a mesma.”

O QUE SE QUER OLHAR?

Em meados do ano passado, o Datafolha Instituto de Pesquisas e a Fundação Tide Setubal realizaram um levantamento em São Paulo em que 46% dos moradores (foram ouvidas 2.017 pessoas de

todas as regiões da cidade) associavam periferia à pobreza e à violência. Segundo o relatório, 4 em cada 10 moradores declararam evitar bairros periféricos e um quarto dos entrevistados disse ter sofrido preconceito em razão do local onde mora. Os indicadores oficiais tampouco costumam ser portadores de boas notícias sobre as periferias.

Mas esses números representariam uma verdade absoluta? Jailson Souza e Silva critica a metodologia aplicada em indicadores de órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), entre outros. “O IBGE chama favela e periferia de aglomerados subnormais e todos os seus indicadores são negativos. O Ministério das Cidades usa o termo assentamento precário. A mídia e pessoas em geral falam em comunidade carente. E o Ipea chama as pessoas abaixo de um determinado nível de pobreza de ‘indigente’. Todos os juízos são marcados negativamente. Como alguém vai ter orgulho de nascer na favela, se é impelido

Após os Racionais,
nunca mais a visão
sobre a periferia foi
a mesma

Leia em bit.ly/2pEt55V

a ter vergonha da sua cor negra, de morar numa quebrada, de seus pais serem trabalhadores manuais e terem origem nordestina?”

Em sua opinião, esses indicadores oficiais nem sequer expressam a verdade. Ele duvida dos índices que dizem que bairros como Higienópolis (região central de São Paulo) ou Morumbi (na Zona Sul) não têm nenhuma vulnerabilidade, enquanto o vizinho Campo Limpo e São Miguel Paulista (no extremo leste) são intensamente vulneráveis. “Por esses indicadores, o Morumbi e Higienópolis são paraísos terrestres”, afirma. “Mas que indicador é esse que não mede a capacidade de as crianças brincarem juntas na rua? Nesse sentido, onde a vulnerabilidade é maior, no Morumbi ou em São Miguel Paulista? E a capacidade das pessoas de se reunir para produzir coisas coletivas, onde é maior, em Itaquera ou em Higienópolis?” questiona Jailson Silva.

Aline Anaya, pedagoga e poeta que atua no Coletiva Audácia, grupo feminista “de quebrada” que busca dar visibilidade a mulheres negras e periféricas através de atividades socioeducativas, é por si só uma resposta aos questionamentos do sociólogo ativista da Favela da Maré. Ela tem 26 anos e faz tempo que trocou os programas que fazia nas regiões centrais de São Paulo pelos da Zona Sul. Frequentadora assídua de saraus, onde apresenta suas poesias, para ela a arte tem mesmo um papel fundamental nesse processo que está mudando o jeito de ser periférico. “A arte atrai pessoas e proporciona identidade”, afirma.

Apesar de crítica quanto a algumas letras dos Racionais MC’s, a poeta acredita que o grupo teve, sim, um papel preponderante nessa transformação, pois introduziu um caráter político à condição de ser periférico. “Essa pauta nos levou a fazer uma busca ancestral sobre quem somos – a periferia é construída por pessoas pretas e indígenas. Tudo isso mudou o meu olhar. Tenho muito orgulho de ser preta e periférica”, disse Anaya, antes de dar uma palinha da sua arte: *Na mira do meu sonho./ Na contradição do solo./ Eu na vida me exponho./ Minhas dores eu boto no colo./ Sauda-*

de é rio que curva./ Na margem da solidão./ Eu sou um peixe dentro d’água./ Eu já nem me afogo em ilusão/.

As opções de vida feitas por Loredana de Oliveira, 29 anos, produtora multimídia, comunicadora visual, poeta e frequentadora dos saraus da Zona Sul paulistana, também reforçam as dúvidas de Jailson Silva quanto à percepção dos indicadores que medem a qualidade de vida nas periferias. Ela nasceu em um bairro pobre de São Paulo, foi adotada ainda bebê por uma família italiana e criada em um bairro “nobre” da capital. “Quatro anos atrás, fiz o caminho inverso”, diz ela. “Fui criada na burguesia e voltei para a periferia por opção.”

Esse regresso começou a despontar quando ela passou a dar aulas para crianças moradoras de ocupações em São Paulo. Por gostar de escrever poesias e por ser mulher negra, foi gostando de frequentar os saraus. Daí a se mudar para um bairro do extremo sul não demorou. “O Brasil é um país muito preconceituoso e ser uma mulher negra dentro de uma realidade branca não é fácil. Eu não tinha nem noção da minha identidade de mulher negra até vir parar aqui de volta”, revela. Fluente em inglês e italiano, a comunicadora que hoje trabalha ensinando línguas estrangeiras em coletivos voltados para a educação afirma: “Aqui me sinto mais à vontade, mais eu mesma”.

O ESPÍRITO LOCAL

Para os gregos e os romanos, todo local (podia ser a casa, a rua ou um pequeno bairro) era dotado de um *genius loci*. Trata-se de uma divindade ou um espírito que protege ou dá uma certa identidade ao lugar. O arquiteto italiano Aldo Rossi recuperou esse conceito para reforçar suas críticas à vertente do modernismo que, na primeira metade do século XX, propunha uma arquitetura mais racional e funcional que resultava em uma concepção urbanística planejada e asséptica. Ou seja, faltava nela o *genius loci*.

Em contraposição, na década de 1970 entra em cena o chamado pós-modernismo, “que passa a valorizar nas cidades o encontro das

pessoas, as esquinas, o boteco, a calçada, o sabor da vida urbana, as ruas tortas, os becos, enfim, a vida real”, como afirma o arquiteto e urbanista Marcos Cartum, ex-professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP em São Carlos. Agora, no século XXI, é a globalização que chega e põe em risco a identidade nas grandes cidades e os bairros periféricos, por sua vez, tornam-se repositório do ritmo da vida urbana que vai perdendo as suas características no centro. “Paradoxalmente, explica Cartum, a essência identitária do centro vai ficando cada vez mais na periferia.”

Vítima de uma perversidade especula-

tiva, o centro histórico e afetivo da cidade, para onde ainda convergem os eixos radiais, segundo o arquiteto, foi se pulverizando em policentros e tornou-se obsoleto. Já foi abandonado pela elite econômica, que prefere os shopping centers, e agora vem sendo ignorado também pelos moradores das periferias, que preferem ocupar e dar nova identidade aos seus próprios bairros. O resultado é um vazio e eventuais reocupações desse centro – referência por moradores de rua. “Ou seja, o centro vai deixando de ser a antítese da periferia e passando a ser a própria periferia.”

(Colaborou Amália Safatle) 

TERRITÓRIO, UM PERSONAGEM

Se estivéssemos no campo das Ciências Naturais, poderíamos definir “território” como escreveu o geógrafo Milton Santos: “A área de influência de uma espécie animal, que exerce o domínio de forma mais intensa no centro e que perde esta intensidade ao se aproximar da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies”. Mas, como estamos no campo das Ciências Sociais, o conceito é bem mais abrangente e, de novo, a melhor concisão é de Milton Santos:

“O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele flui. Quando se fala em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população.”

O uso político do termo território, ou territorialidade, segundo o próprio geógrafo, teria sido adotado a partir do século XIX para tratar do papel desempenhado pelo Estado no controle das relações entre as classes sociais e os espaços ocupados. Pelo tamanho e pelo enraizamento da desigualdade social hoje no Brasil, é possível deduzir que o Estado ainda faça esta leitura de território, e não aquela, mais moderna.

Em entrevista nesta edição, a socióloga Maria Alice Setubal explica por que o território exerce papel importante no combate à desigualdade: “As políticas públicas não podem ser políticas homogêneas. Estamos falando de pessoas diferentes, biomas diferentes, realidades sociais e econômicas completamente diferentes. Então, quando a gente fala que o território importa, estamos se referindo a espaços diferenciados, e as políticas públicas têm de estar de acordo com aquelas realidades”.

Territórios também remetem a questões fundiárias, que, por sua vez, também remetem à desigualdade. Nas grandes cidades brasileiras crescem dois tipos de periferia: a dos bairros populares ocupados pelas camadas mais pobres da população; e outra, meramente geográfica, dos grandes condomínios exclusivos, cercados, policiados e dotados de uma ampla gama de serviços, de modo que a camada mais rica não precise necessariamente ir às ruas, aos centros urbanos.

Segundo a socióloga holandesa Saskia Sassen, esse modelo de uso do território contribui para perenizar ainda mais as desigualdades, não só no Brasil, mas em outras grandes cidades como Londres e Nova York. Em palestra no “Seminário Internacional Cidades e Territórios: Encontros e fronteiras na busca da equidade”, realizado no ano passado na Fecomercio, em São Paulo, ela disse que esses megaprojetos de condomínios representam a negação do espaço urbano , uma vez que são territórios totalmente controlados. As pessoas que não têm poder podem, no máximo, trabalhar ali. O território urbano, ao contrário, são espaços “onde os que não têm poder também conseguem criar uma história, uma cultura e uma economia”. (MC)

 Assista à conferência completa em bit.ly/2pWvo3p

Voo raso

Influenciados por múltiplos fatores, gestores públicos tomam decisões e alocam recursos sem conhecer a fundo seu grande eleitorado: as populações periféricas

POR AMÁLIA SAFATLE

“Você, cidadão, acredita que o gestor eleito para sua cidade cumpre as funções descritas acima?”
“Você, gestor, diante de uma autoavaliação, que nota atribuiria a si mesmo?”

“E se avaliarmos especialmente as políticas públicas voltadas para as periferias: ‘Como essas populações têm sido atendidas?’”

As respostas a essas perguntas devem indicar uma considerável distância entre as expectativas e aquilo que é efetivamente entregue à população, principalmente as suas parcelas menos favorecidas. Uma maneira de entender – e então combater – esse descompasso é investigar os diversos fatores que influenciam o processo de tomada de decisão do gestor, afetando a qualidade dos serviços públicos prestados.

Não há como iniciar esse mapeamento sem partir de um olhar conjuntural da política brasileira. Os tempos atuais, embora traumáticos, têm sido pródigos em revelar as entranhas do sistema político, as quais rebatem diretamente na população, atingindo a ponta: as periferias de cada município.

“Existe uma lógica básica do sistema político que não é favorável ao bom atendimento dos

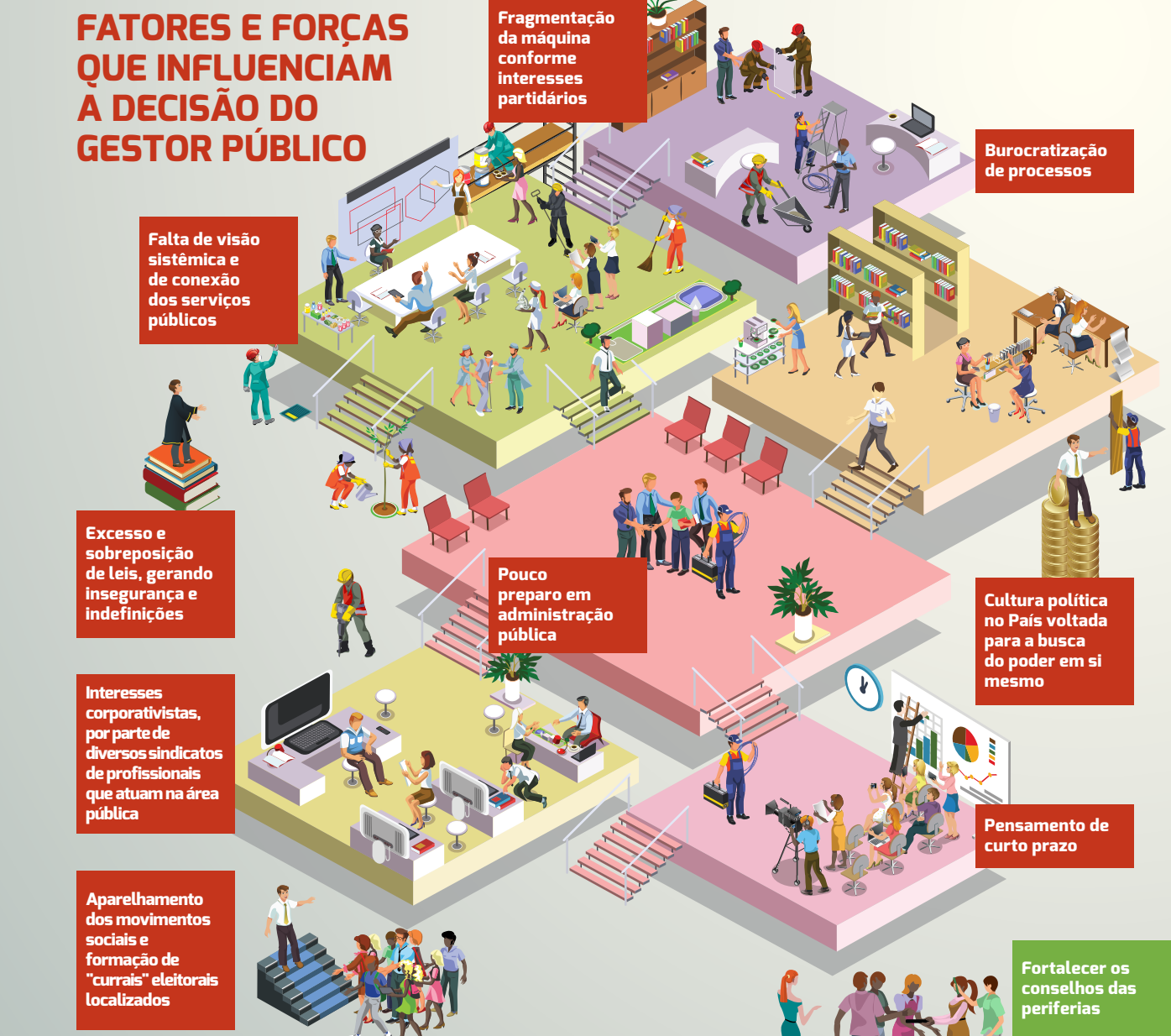
interesses da sociedade, pois se baseia na conquista do poder e na sua manutenção por outros caminhos que não o da relação aberta e franca com a população,” afirma Maristela Bernardo, socióloga e consultora independente. Segundo ela, o padrão dominante é de que a gestão funciona como um aporte [um instrumento] da política e não o contrário. Assim, a gestão está mais voltada para o horizonte de poder político do que para a satisfação da população – isso em todos os níveis, do local ao nacional.

Em tese, o voto seria o instrumento pelo qual a população descontente sinalizaria ao gestor como trabalhar pelo bem da comunidade, com ética e transparência. Mas, exatamente para não perder o voto, muitas vezes o encaminhamento de problemas acontece – só que a curto prazo. “Porque, se o gestor apresentasse uma solução mais estruturante, agiria pensando a longo prazo, ou seja, além de uma possível gestão dele,” diz a socióloga.

A capitalização do voto faz com que o encaminhamento de soluções não necessariamente seja o melhor, e sim tenha a finalidade de ser percebido rapidamente, o que leva à perda de eficiência do ponto de vista do bom atendimento à população. “Vemos, diversas vezes, que determinadas soluções [da gestão pública]

FATORES E FORÇAS QUE INFLUENCIAM À DECISÃO DO GESTOR PÚBLICO

Elaboração: PÁGINA22



COMO O BOM GESTOR PODE SE BLINDAR



➡ A região da prefeitura regional de M'Boi tem uma população de aproximadamente 600 mil pessoas (563.305 segundo dados de 2010) maior que 8 capitais brasileiras, como Florianópolis e Vitória

são dinheiro jogado fora, pois atendem a interesses localizados, sem fazer a conexão de um problema com o outro. Perde-se eficiência porque não se conecta problemas”, resume.

TEMPO E ESPAÇO

Some-se esse fator do *curto-prazismo* à falta de uma visão do território, fazendo com que gestores trabalhem sem considerar as especificidades locais. As periferias, por exemplo, são geralmente trabalhadas como uma massa homogênea. Já o olhar territorial, que compreende a complexidade, permitiria ao gestor tomar decisões baseadas na conectividade. E por que o gestor deve olhar para as periferias em primeiro lugar? Simplesmente por dois motivos: elas reúnem enorme parte da população e têm menor acesso a oportunidades e bons serviços.

Nas bordas da Zona Sul da cidade de São Paulo, as populações dizem: “O Estado não chega até a gente”, segundo relato dos professores Peter Spink e Fernando Burgos, do Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (CEAPG), da Fundação Getúlio Vargas, que desenvolvem pesquisas nos distritos de Jardim São Luís, Jardim Ângela e Ca-pão Redondo. Só que na região existem diversos postos de Unidade Básica de Saúde (UBS), várias unidades do Centro Educacional Unificado (CEU), subprefeituras, muitos funcionários públicos e serviços em funcionamento.

Por que, então, essa percepção de que o Estado é ausente? Para os professores, a razão está na falta de conexão de serviços públicos que leve em conta os territórios e as demandas específicas das pessoas em locais tão heterogêneos.

Por trás dessa falta de conexão está a ausência de uma inteligência no uso dos indicadores para tomada de decisão sobre políticas públicas e alocação de recursos. O problema, portanto, não reside na quantidade de dados, que são abundantes. O município de São Paulo, por exemplo, dispõe de muitos indicadores sobre as periferias no que se refere aos três grandes sistemas → **educação, saúde e assistência social**. “No entanto, é preciso ha-

ver uma inteligência por parte da Prefeitura para analisar esses dados e saber que a → **região do M'Boi Mirim** é diferente da região de São Miguel Paulista não só geograficamente. Mas também porque M'Boi possui uma importante área de manancial e isso impacta fortemente em questões de habitação e deslocamento”, exemplifica Burgos.

Segundo Spink, os dados até permitem abordar o território de modo mais geral. No entanto, como trabalhar na prática a territorialidade específica? É possível obter dados sobre transporte, por meio da base de dados do Bilhete Único. Mas como saber a real demanda de mobilidade de mulheres, que transitam pela cidade entre casa, trabalho, creche, UBS e escola dos filhos? “Só consigo saber me aproximando dos territórios, o que sempre é um desafio, inclusive para o gestor. Um grande número de pessoas não significa ‘uma base de dados’; significa ‘pessoas’”, frisa o professor.

Embora acessem diversos serviços públicos, as periferias sentem ausência do Estado

Reduzir a distância entre os dados e as demandas das pessoas é um dos objetivos de uma estação de pesquisa que o CEAPG montou em 2013 no M'Boi Mirim, envolvendo 25 a 30 pesquisadores em temas como desenvolvimento local,

conectividade e agricultura urbana. ■

Para Spink e Burgos, os números são importantes, mas não suficientes. Além disso, se mal aproveitados, há o risco de levar as políticas públicas a sofrer do que apelidaram de “indicadorite”. “A área de educação é a que mais sofre de ‘indicadorite’ ou seja, foi muito reduzida a resultados quantificáveis. Não traduzem o cotidiano. Sem isso, não se consegue elaborar políticas com o grau de especificidade necessário”, diz Burgos.

Na visão de ambos, a vulnerabilidade urbana tem um componente institucional ao qual pouca gente presta atenção: a ausência de conexões ativas e cotidianas entre as diferentes instituições básicas. “Por isso que há esta sensação de que o Estado não chega”, diz Spink.

■ Saiba mais sobre a Estação de Pesquisa de M'Boi em ceapg.fgv.br/m-boi/sobre-estacao

ELEMENTOS DISPERSOS

A falta de conectividade na gestão pública também é apontada pelo empresário Ricardo Young, que foi vereador de São Paulo entre 2013 e 2016 e acompanhou de perto as ações do Executivo.

Em → **linha de pesquisa** que está desenvolvendo na Universidade de São Paulo, Young trabalha com a hipótese de que não se alcança um desenvolvimento sustentável nas cidades – o que afeta sobretudo as populações periféricas – porque há três elementos essenciais dispersos: a sustentabilidade, o desenvolvimento das instituições e a inteligência urbana (como aplicativos para gestão, quantificação de serviços, medição de tempo de resposta do setor público e georreferenciamento). Quem trabalha em cada um desses campos raramente se conecta com o outro para trocar visões e incorporar práticas.

Ele enumera seis fatores que influenciam a tomada de decisão de um gestor público. Começa com a gestão sendo fragmentada pela lógica eleitoral, ou seja, para se eleger, o gestor precisa se render às alianças entre partidos. “De coalizão isso não tem nada: é simplesmente a fragmentação da máquina pública de acordo com interesses partidários.” O segundo fator é a estrutura burocratizada da administração pública, em que os conselhos que permitiriam a participação popular acabam virando espaço de troca e não de discussão aprofundada. Em terceiro, há um cipoal de leis – são mais de 9 mil –, e muitas se sobrepõem, gerando o que ele chama de “uma geleia de indefinições”.

Outro problema, cita Young, é o aparelhamento corporativo dos movimentos sociais e

das estruturas de governo. Além da lógica eleitoral, o gestor também é prisioneiro dos interesses corporativos, que tomam conta da máquina pública com um olhar muito voltado para seu próprio benefício. “Cada um dos diversos sindicatos – professores, médicos, enfermeiros, engenheiros, arquitetos, analistas e processadores de dados – tem seu viés, sem necessariamente dialogar com o programa de governo.”

O quinto fator, segundo ele, é o fato de os partidos se transformarem em corretores de interesses localizados, levando à formação de “currais eleitorais”. E, por último, cita a própria qualificação do gestor. “O político tradicional é formado para ganhar eleições, tornou-se um especialista nisso. Por isso, quando chega no cargo de gestor, o preparo que tem para gerir é muito pequeno. São poucos os que possuem uma visão sistêmica.”

Como sair dessa sinuca? Para Young, o gestor precisa ter forte posição republicana, criando um espaço de diálogo o mais suprapartidário possível, para não ficar refém de amarras políticas. Deve capturar a inteligência coletiva, usando a tecnologia da informação e garantindo que não fique de fora quem tem algo importante a contribuir. Também precisa ser formado e capacitado permanentemente, além de oferecer boas condições para funcionários públicos que trabalham nas periferias e maiores punições por desvios e faltas. Deve, por fim, fortalecer os conselhos das periferias, tornando-os mais resistentes ao jogo partidário.

Mas claro que nada disso adiantará sem a vontade do próprio gestor de cumprir a função que assumiu, a de trabalhar para o bem comum, em consonância com as leis. O que requer, antes de tudo, dignidade. ■

➡ A pesquisa, na área de complexidade na gestão pública, pretende mapear os gargalos que impedem a integração sistêmica entre a inteligência urbana, a prática socioambiental e a atualização das instituições

➡ Dados sobre educação são obtidos pelas escolas e censos de educação; dados sobre saúde, por meio do Sistema Único de Saúde; e dados sobre assistência, por meio dos Centros de Referência em Assistência Social (CRA) e Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Crea)

O RECURSO CERTO NO LOCAL CERTO

Quando as grandes cidades concentram esforços nas áreas mais vulneráveis, é possível reduzir desigualdades intramunicipais e proteger os direitos de crianças e adolescentes: esta é a conclusão do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), que desenvolveu uma plataforma para monitorar e combater a desigualdade nas grandes cidades. Trata-se da Plataforma dos Centros Urbanos, lançada em parceria com a prefeitura e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de cada município.

Nos últimos três anos, oito capitais brasileiras participaram da iniciativa: Belém, Fortaleza, Maceió, Manaus, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís e São Paulo. Conheça os resultados em goo.gl/KVikJS.

Ponto cego

POR FÁBIO RODRIGUES
FOTO DICAMPANA FOTO COLETIVO

Dados certos poderiam oferecer uma visão mais clara das mazelas das periferias e ajudar os gestores públicos a saná-las

É como um diagnóstico médico. Se errarem a doença que você tem, nenhum tratamento dará certo”, resume a pesquisadora do Observatório das Metrópoles e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) Suzana Pasternak, ao tentar explicar o que leva ao naufrágio tantas políticas voltadas para a periferia.

Chega a ser um tanto desconcertante que o principal problema a ser enfrentado hoje ainda seja o desconhecimento da realidade. Afinal, estamos praticamente imersos em dados. Nos últimos anos, as prefeituras, especialmente as das maiores cidades, vêm acumulando verdadeiras montanhas de → **indicadores** com o propósito explícito de ajudar seus gestores a tomar decisões melhores. Em São Paulo, por exemplo, o Departamento de Produção e Análise de Informação (Deinfo) da Prefeitura de São Paulo conta com uma equipe multidisciplinar de 26 pessoas responsável por manter atualizada uma cesta de 287 destes números.

Ainda assim, as prefeituras parecem sofrer de uma peculiar hipermetropia quando o assunto é o que acontece em suas periferias. Isso porque, segundo o demógrafo e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) Haroldo Torres, as bases de dados nacionais não são produzidas dentro de um referencial territorial. São informações “granulares” que dizem muito sobre

a situação de cada escola ou posto de saúde individualmente. Para chegar ao quadro geral que os gestores locais realmente precisam, no entanto, ainda é necessário ligar os pontos. “Você tem sistemas que geram uma massa de informação, mas isso não produz inteligência suficiente para olhar os territórios analiticamente”, ressalta.

MATÉRIA-PRIMA DISPONÍVEL

Em princípio, as prefeituras não estão fazendo nada de errado ao recorrer a dados produzidos externamente. É o que garante a professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Adriana Rossetto, dedicada ao estudo de indicadores há mais de duas décadas. “Usar indicadores coletados por órgãos nacionais como o IBGE [*Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*] é válido. Temos de transformar esse investimento em algo útil”, diz.

Tanto é assim que prefeituras vistas como referência no assunto recorrem a bases nacionais. “Grande parte dos dados que processamos é produzida por instituições altamente especializadas”, reconhece a geóloga Luciana Pascarelli, que, desde fevereiro, dirige o Deinfo de São Paulo.

Não que esses dados sejam imprecisos. Entre as pessoas entrevistadas nesta reportagem, há consenso de que temos dados de boa qualidade disponíveis. “Comparado a outros países da América Latina, o Brasil tem boas bases de dados, como as do IBGE, do Inpe [*Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais*] e de diversos ministérios. É um conjunto bom para orientar processos de

■ Ferramenta que traduz uma situação ou fenômeno por meio de informações sintetizadas em um número de forma a permitir seu monitoramento sistemático

■ Os números podem ser consultados no portal [ObservaSampa: observasampa.prefeitura.sp.gov.br](http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br)



tomada de decisão,” avalia a coordenadora do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (Nidep), Diva Paz.

FALSA SIMPLICIDADE

Vistos de uma certa distância, os indicadores parecem medidas objetivas e universalmente válidas da realidade, mas essa simplicidade desaparece conforme vamos nos aproximando. Adriana Rossetto ressalta que uma simples média – ferramenta matemática inevitável ao lidar com indicadores – pode levar a erros crassos de entendimento da realidade. “Digamos que uma pessoa está com a cabeça no forno e os pés no congelador. Na média, a temperatura está boa. Mas, na verdade, não está nada bem,” exemplifica a professora da UFSC.

Esse é um dos ralos por onde as especificidades das periferias escorrem. Mas há várias outras armadilhas no caminho. Embora muitos indicadores sejam de entendimento direto – expectativa de vida ou mortalidade infantil são medidas pouco controversas –, há casos em que é necessário aglutinar diversas informações para produzir um índice complexo. Por exemplo, o → IDH. “A agregação dá bons resul-

tados, porque nenhum gestor tem condições de acompanhar tudo,” diz Adriana Rossetto.

No entanto, para ganhar agilidade é preciso abrir mão de uma parte da precisão do indicador. “Quanto mais você aglutina a informação, mais o indicador se afasta da realidade que busca demonstrar,” alerta a pesquisadora. Esse é o momento crucial para compreender corretamente os objetivos com que cada indicador foi criado e o que realmente significa.

Um indicador simples largamente usado é o que informa quantas ruas contam com saneamento. Esse é um dado inegavelmente importante, mas, isoladamente, resulta em apenas um quadro quantitativo. “E o qualitativo? É isso o que precisamos saber para entender a relação entre saneamento e espaço,” explica Rossetto.

É a chamada dimensão intraurbana dos dados que, não raro, acaba se perdendo quando os indicadores são montados com base em informações compiladas especificamente para a escala nacional por órgãos federais. “Tais indicadores não permitiriam a leitura e a identificação direta dos locais onde estão concentrados os problemas,” pontua Sibeles Fiori, arquiteta da Prefeitura de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul.

Reconstituir esse aspecto dos indicadores

É na falta de informações devidamente georreferenciadas que grande parte dos problemas típicos das periferias some dos indicadores

é essencial para a compreensão das necessidades e potencialidades específicas de cada região da cidade. Também é o grande desafio que as prefeituras precisam enfrentar muitas vezes sem ter o instrumental necessário [leia quadro]. “É importante analisar o indicador e conectá-lo com a realidade municipal, algo que exige das prefeituras técnicos com experiência,” avalia Luciana Pascarelli, do Deinfo.

O diretor-executivo do Instituto Soma – organização com a missão de fortalecer a governança dos municípios brasileiros –, André Luis Moraes, advoga que as prefeituras assumam um papel mais ativo na coleta dos dados que compõem seus indicadores. “As periferias têm uma riqueza de diferenças. Cada cidade precisa coletá-las e sistematizá-las. Realidades diversas precisam ser tratadas de maneira diversa,” afirma.

Para Haroldo Torres, do Cebrap, ainda “temos pouca informação qualitativa sobre o serviço [público] prestado”. Segundo ele, é na falta de informações devidamente georreferenciadas que grande parte dos problemas típicos das periferias some dos indicadores. Os dados escolares, por exemplo, dificilmente mostram o perfil dos professores de cada escola. “Escolas em bairros periféricos têm muitos substitutos e muitas faltas, mas, como isso não aparece nos dados públicos, não entra nos debates como deveria,” exemplifica.

Entre as ausências mais desconcertantes mencionadas por Torres está a falta de orçamentos municipais devidamente espacializados. Em São Paulo, por exemplo, é relativamente fácil saber quanto a prefeitura gasta por área de atuação, mas não como esses desembolsos estão distribuídos geograficamente. O mais perto que dá para chegar é por meio dos relatórios de execução orçamentária que as 32 prefeituras regionais da cidade divulgam – um processo excessivamente árduo.

Sem ter essas informações devidamente estruturadas, fica difícil ter uma ideia clara sobre eventuais desigualdades na forma como as prefeituras gastam seu dinheiro. “Quase não existe informação orçamentária georreferenciada. Você não consegue saber onde são feitos os investimentos e para onde vão os salários,” critica Torres.

Sem esses ajustes finos, o diretor-executivo do Instituto Soma afirma que ficam em suspenso os ganhos na qualidade do trabalho do poder local que o uso de indicadores poderia trazer e, com isso, as administrações acabam reincidindo no velho voluntarismo. “Os municípios trabalham por impulso político,” comenta Moraes, do Soma, acrescentando que as prefeituras estão sempre sobrecarregadas demais pelo dia a dia e sem recursos para analisar os indicadores de forma sistemática. “Sem essa sistematização, ficam ‘dando murro em ponta de faca’ e repetindo experiências que já não deram certo no passado,” lamenta.

PRECISA QUE DESENHE?

Contar com informações mais “mastigadas” não é só uma questão de conveniência. Alguns fenômenos só se tornam legíveis depois de traduzidos visualmente. No auge da polêmica em torno do anúncio de que a atual administração da Prefeitura de São Paulo, sob o comando de João Doria, estava pensando em fechar as farmácias municipais para começar a distribuir medicamentos pelas redes particulares, o estudante de Geografia Hugo Nicolau Barbosa de Gusmão publicou em seu blog Desigualdades Espaciais uma série de mapas comparando a distribuição de ambas as redes pela cidade.

A Open Knowledge Brasil possui um mapeamento dos orçamentos de algumas capitais brasileiras. Acesse em paraondefoimeudinheiro.org.br
Acesse em goo.gl/dZvYlp

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) combina a expectativa de vida, o grau de educação e o PIB per capita. É usado pela ONU para comparar a qualidade de vida em diferentes países

UM PROBLEMA DE GRANDES A PEQUENOS MUNICÍPIOS

Ter dados confiáveis resolve só parte do problema. Saber o que fazer com eles é igualmente importante. É nesse ponto que se forma uma zona de turbulência das mais complicadas no que diz respeito ao uso de indicadores na gestão dos problemas urbanos.

Muitas prefeituras ainda estão longe de desenvolver as competências necessárias para o uso desse ferramental. Diva Paz, coordenadora do Núcleo de Indicadores de Desenvolvimento e Pesquisa (Nidep), viveu uma imersão nessa realidade na época do lançamento do Portal ODM, dedicado ao acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. A equipe que coordenava realizou seminários que atingiram cerca de mil municípios. “Tirando capitais e cidades maiores, [os servidores] têm grande dificuldade de lidar com essas informações”, lamenta.

Essa é uma percepção reforçada por André Luis Moraes, diretor-executivo do Instituto Soma. “Há cidades que não têm um corpo técnico estruturado ou as ferramentas de informática necessárias”, afirma. Além disso, imersas no trabalho do dia a dia, as equipes nem sequer dão conta de absorver mais essa responsabilidade.

Segundo a professora de Arquitetura e Urbanismo da UFSC Adriana Rossetto, historicamente, as prefeituras nem sempre foram exigentes com a qualificação de seus quadros. “Dificilmente vemos um incentivo para que esses servidores se atualizem. Essa é uma herança que precisa ser vencida”, afirma.

É um contexto que só piora pelo fato de que muitas cidades trocam parte substancial de suas equipes a cada mudança de administração, resultando em descontinuidades. “Isso dificulta a capacidade de gestão e contribui para a ruptura dos processos de monitoramento”, comenta a arquiteta Sibeles Fiori, da Prefeitura de Passo Fundo.

"A sociedade ainda não está sendo chamada a participar diretamente do planejamento urbano, mas já entende melhor a parte do controle", diz professora

Em uma mera "batida de olho", ficava patente o quanto a decisão da prefeitura prejudicaria os moradores dos bairros mais afastados. "Como sou nascido e criado em Cangaíba, na Zona Leste, sei que não tem farmácia de rede. Só temos lojas de bairro por aqui", diz. Gusmão ressalta que os dados já estavam disponíveis na forma de tabelas, mas que, ao mapeá-los, a compreensão foi imediata.

"Sabe aquela história de 'precisa que desenhê'? Os mapas conseguem pegar informações muito densas e as tornam compreensíveis", afirma o estudante, acrescentando que essa é uma ferramenta "muito negligenciada". Para tentar popularizá-la, ele organiza cursos periódicos sobre o assunto.

O trabalho de mapeamento realizado pelo estudante aponta para uma direção relevante. Os indicadores não são apenas ferramentas de gestão, mas também armas de pressão sobre o

poder público. A apropriação dos indicadores pela sociedade é uma perspectiva que entusiasma Adriana Rossetto. "Começamos a entrar na questão da governança. A sociedade ainda não está sendo chamada a participar diretamente do planejamento urbano, mas já entende melhor a parte do controle", comemora.

Seria uma forma de nivelar um pouco o jogo político e dar mais voz à sociedade. "Quanto mais os dados brutos são abertos, maior a chance de a sociedade civil construir as próprias narrativas. Não é sempre que acontece essa apropriação, mas é o ideal", opina o diretor-executivo da Open Knowledge Brasil Ariel Kogan, ressaltando que o ambiente digital oferece uma grande oportunidade para a criação de um novo campo democrático. "Não há periferias no ambiente digital", encerra (leia mais sobre tecnologia em reportagem à pág. 42).

DESERTOS ALIMENTARES TAMBÉM SÃO INDICADORES

Toda vez que o tema indicadores vem à tona, os olhares voltam-se, quase automaticamente, para os serviços públicos. Mas as periferias também são, muitas vezes, ignoradas pelo setor privado. Uma forma particularmente aguda dessa lacuna vem sendo explicitada pelo conceito de "desertos alimentares" – a percepção de que, em muitas vizinhanças, não há oferta de alimentos frescos, o que, na prática, contribui para a adoção de dietas com base em alimentos processados e pouco nutritivos.

"Esse conceito, cunhado nos Estados Unidos, olha para o poder de compra e a distância em relação a lojas que vendam alimentos *in natura*", explica Fernanda Carreira, coordenadora do Programa de Formação Integrada do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces). Mapear a situação dos desertos alimentares em São Paulo é justamente a missão dos alunos da décima quarta turma do FIS, uma disciplina da FGV-Eaesop oferecida a alunos e alunas da graduação.

Ainda não foram consolidados indicadores capazes de dar conta do problema, mas já é possível traçar diferenças entre o Brasil e os EUA. O problema por aqui parece estar menos ligado à oferta em si – as periferias brasileiras contam com sacolões e feiras livres – do que a outros fatores. "Há questões culturais e, principalmente, ligadas a tempo. Como as pessoas trabalham, estudam e ainda passam horas no trânsito, acabam não tendo como se alimentar melhor", diz.



O sistema escolar reduz ou reproduz desigualdades?

As disparidades socioespaciais, ao separar fisicamente os grupos sociais e produzir diferentes estruturas de oportunidades na educação, reforçam as iniquidades

As desigualdades educacionais das grandes metrópoles estão, comumente, associadas a suas desigualdades socioespaciais. O que sabemos, a esse respeito, sobre o caso paulistano?

Os pesquisadores Graziela Perosa, Frédéric Lebaron e Cristiane Leite demonstram que, nas regiões mais periféricas e mais pobres da cidade, com taxas baixas de conclusão do Ensino Médio, praticamente a totalidade das matrículas na Educação Básica distribui-se pelas escolas públicas. Por sua vez, nas regiões mais ricas, onde há os maiores percentuais de diplomados no Ensino Superior, as matrículas concentram-se em escolas privadas, e muitas delas são as que possibilitam o acesso às carreiras mais valorizadas do Ensino Superior. Entre esses extremos, nos grupos médios, nos quais predomina como maior diploma o Ensino Médio, verifica-se tanto a demanda por escolas privadas de menor custo como a procura por instituições públicas de reconhecida qualidade.

Essas instituições públicas de melhor qualidade, contudo, são distribuídas desigualmente na cidade. Segundo Haroldo Torres, Renata Bichir, Sandra Gomes e Thais Regina Carpim, a oferta de educação pública regular é mais precária nas periferias do que nas áreas centrais. O autor deste artigo e Antônio Augusto Batista, investigando as desigualdades educacionais existentes no interior de uma subprefeitura da Zona Leste da cidade, mostram que, nessa região, quanto mais rico é um microterritório, melhores costumam ser os indicadores educacionais de suas escolas.

Esses dois últimos trabalhos con-

vergem ainda em outro importante resultado. Torres, Bichir, Gomes e Carpim verificaram a persistência de desigualdades educacionais entre indivíduos residentes em regiões diferentes da cidade, porém com características sociais similares, tais como renda familiar, escolaridade dos pais, sexo e etnia. Eu e Batista sustentamos que, a uma mesma faixa de renda familiar e a um mesmo nível de escolarização dos pais, alunos que estudam em escolas localizadas em territórios com diferentes níveis de riqueza costumam ter desempenhos escolares distintos. Assim, enquanto alunos mais pobres alcançam níveis melhores que seus semelhantes quando estudam nas escolas mais centrais e mais ricas, alunos mais ricos têm resultados mais baixos que seus pares quando estudam nas escolas mais periféricas e mais pobres.

Temos evidências, portanto, de que as desigualdades socioespaciais, ao separar fisicamente os grupos sociais e ao produzirem estruturas de oportunidades educacionais muito desiguais para os habitantes das diferentes regiões, terminam por produzir trajetórias educacionais desiguais para os diferentes grupos, contribuindo para a reprodução de desigualdades sociais.

Muito embora se deva reconhecer a força desses mecanismos, há consequências políticas do fato de indivíduos com características sociais semelhantes terem resultados escolares diferentes, associados a características do território em que se localiza a escola em que estudam. Isso nos convida a pensar que o sistema escolar não é um canal neutro de conversão de desigualdades sociais em desigualdades educacionais.

Ao contrário, o sistema escolar possui relativa autonomia. Em sua configuração observável, cumpre papel ativo na produção dessas desigualdades, antes de mais nada porque distribui oportunidades educacionais desigualmente, favorecendo os grupos mais ricos e escolarizados da cidade, habitantes das regiões mais privilegiadas, e desfavorecendo, em relação a estes, todos os demais grupos, porém mais agudamente a população mais pobre e menos escolarizada, habitante das periferias.

Espera-se do sistema escolar, contudo, que atue para reduzir desigualdades. Para tanto, é urgente que se altere a lógica de distribuição dos recursos educacionais, destinando-se mais e melhores recursos para as regiões mais pobres. Porém, não de modo a se produzir a distribuição igual desses recursos. Há mais de meio século sabe-se que, sob a aparente igualdade de oferta, a lógica escolar favorece estudantes de famílias mais escolarizadas e com práticas culturais de maior legitimidade, sobretudo as não escolares. Por isso, universalizar a escola que pressupõe os grupos médios e as elites escolarizadas realimentaria, de outro modo, mecanismos de reprodução de desigualdades.

Nos territórios mais pobres, é preciso políticas específicas. Neles, a política educacional não pode estar separada de outras políticas sociais, a começar por aquelas capazes de assegurar, duradouramente, condições mínimas de subsistência, para que as famílias possam liberar tempo e energia para essa atividade que requer esforços contínuos, cotidianos e de longo prazo, que é a escolarização.

1 PEROSA, G. S.; LEBARON, F.; LEITE, C. K. S. O espaço das desigualdades educativas no município de São Paulo. *Pro-Posições*, Campinas, v. 26, n. 2 (77), p. 99-118, maio/ago. 2015.
2 TORRES, H. G.; BICHIR, R. M.; GOMES, S.; CARPIM, T. R. P. Educação na periferia de São Paulo: Ou como pensar as desigualdades educacionais." In: RIBEIRO, L. C. Q.; KAZTMAN, R. (Orgs.). *A Cidade contra a Escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital; Montevidéu: Ippes, 2008. p. 59-90.
3 ÉRNICA, M.; BATISTA, A. A. G. "A escola, a metrópole e a vizinhança vulnerável." *Cadernos de Pesquisa*. Fundação Carlos Chagas: São Paulo, v. 42, n. 146, p. 640-666, maio/ago. 2012.

Articulação, palavra-chave

Iniciativas buscam reduzir a distância entre as populações periféricas e o poder público. Em São Paulo, plano de bairro surge como alternativa de mobilização

POR ANDREA VIALLI

FOTO DICAMPANA FOTO COLETIVO

Entre as Várzeas do Rio Tietê, com uma história que remonta aos índios Guaianazes e à migração nordestina atraída pelos empregos da indústria química, São Miguel Paulista pulsa vibrante como um polo local de comércio e serviços no Extremo Leste de São Paulo. O distrito populoso, com 369 mil moradores, abriga o Jardim Lapenna, bairro localizado entre a linha do trem da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e um terreno público, parcialmente ocupado pela população ao longo das últimas três décadas. A região carrega o ônus comum às periferias das grandes metrópoles: baixo IDH em comparação à média paulistana; maior índice de desemprego, especialmente entre os jovens; falta de equipamentos de lazer; saneamento básico precário, com baixa cobertura da rede de esgotos e vulnerabilidade a enchentes.

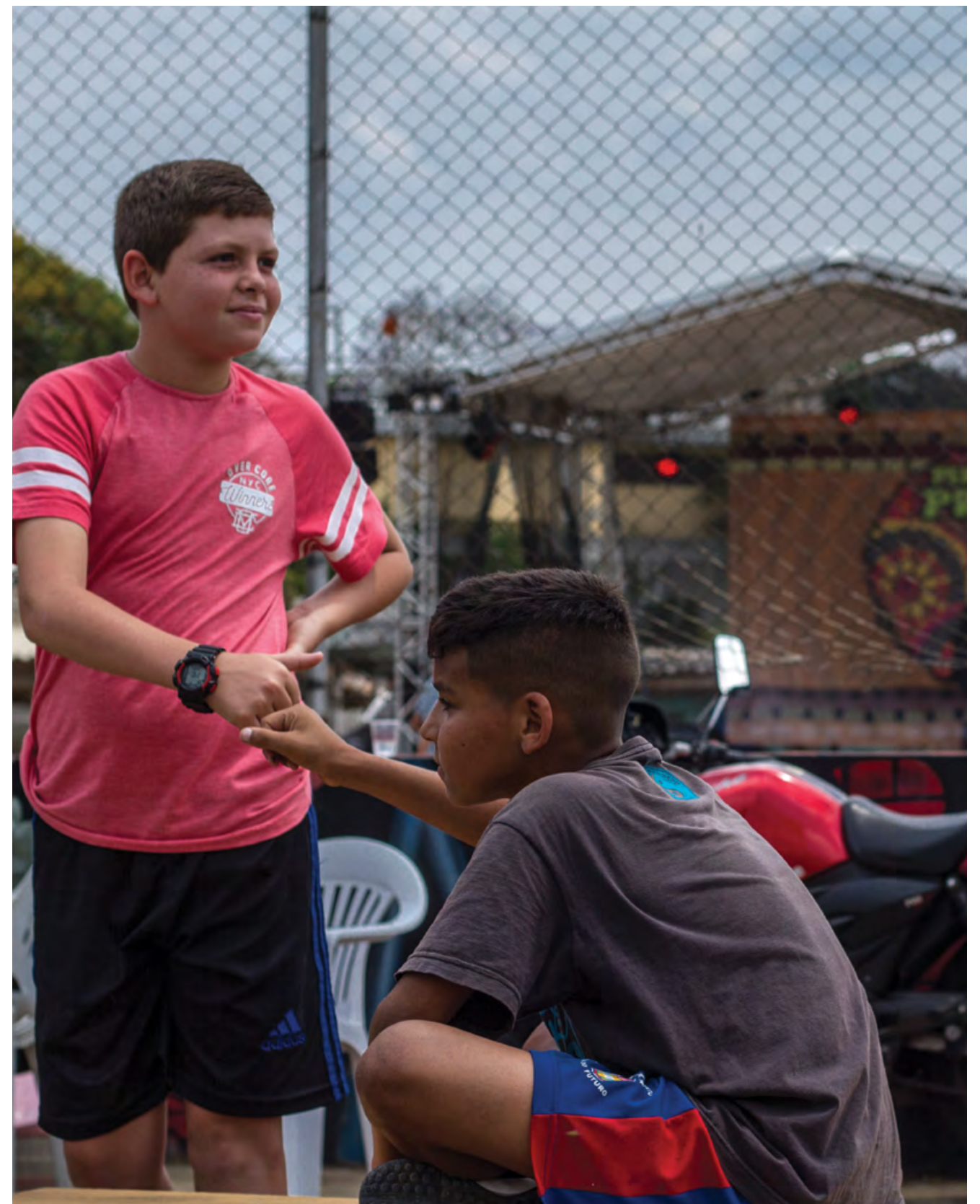
É do Jardim Lapenna que deverá sair o primeiro Plano de Bairro da cidade de São Paulo depois da revisão do Plano Diretor Estratégico, aprovada em 2014. Desde o ano passado, **→ diversos atores ligados ao bairro** estão tomando parte nesse novo eixo de atuação no território. Especialistas em participação

e planejamento urbano apontam o Plano de Bairro como o mais promissor mecanismo de participação popular nas metrópoles. Mas, afinal, o que é um plano de bairro?

Considerado a primeira instância de participação da população no planejamento da cidade, o Plano de Bairro é um dos instrumentos trazidos pelo Plano Diretor do Município de São Paulo (artigos 43 e 44 da Lei nº 13.885/04), que prevê a divisão da cidade em bairros, o estímulo à participação das prefeituras regionais (antigas subprefeituras) e conselhos de representantes na elaboração de planos locais. Além disso, fornece diretrizes para a participação popular.

Para o cidadão, é a oportunidade de ter representatividade nas decisões que dizem respeito ao local onde vive e de canalizar diversas demandas para uma só direção. “O benefício mais óbvio do Plano de Bairro consiste no fato de que ele permite unir várias demandas em um só movimento participativo. Nas periferias as necessidades são muitas – é o problema da drenagem, do lixo, da escassez de serviços públicos”, afirma Ciro Biderman, coordenador do Centro de Política e Economia do Setor Público da FGV.

→ Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Tide Setubal, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP), Parque Várzeas do Tietê, Secretaria Municipal de Habitação, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e ONG Águas Claras



Segundo ele, os cidadãos brasileiros hoje dispõem de poucos instrumentos de mediação com o poder público. Nas grandes cidades, as prefeituras regionais ajudam a reduzir essa distância, mas, na prática, contam com pouco poder de decisão. Quando se trata dos moradores das periferias, o abismo é ainda maior – eles veem o Estado e os entes públicos como ineficazes e apenas interessados em arrecadar impostos sem dar uma contrapartida aos cidadãos, especialmente os que vivem longe dos bairros centrais e em condições mais precárias. Isso ficou evidente na recente pesquisa conduzida pela Fundação Perseu Abramo, *Percepções e Valores Políticos nas Periferias de São Paulo* ■.

Para Biderman, é neste momento que o processo de construção de planos de bairro, como o que está sendo desenhado no Jardim Lapenna, torna-se significativo: permite unir a comunidade local, que já tem um histórico de participação e mobilização social, em torno de novas questões que afetam a vida dos moradores.

Nos últimos anos, o bairro recebeu um intenso fluxo de ocupação, o que contribuiu para que a população saltasse de cerca de 1.100 moradores em 2010 para os mais de 3 mil atuais. Com novas moradias erguidas em condições irregulares, praticamente dentro de um córrego afluente do Rio Tietê, essa fração do bairro, conhecida como “Baixo Lapenna”, está ainda mais vulnerável a enchentes, o que gera um quadro de tensão entre os antigos moradores e os recém-chegados.

ENGAJAMENTO

O trabalho participativo do Plano de Bairro ainda está no início. Além das instituições convidadas, o desafio agora, segundo Biderman, é comunicar a população do Lapenna sobre as instâncias de participação e conseguir uma boa adesão para os fóruns e discussões. “Usaremos desde mídias sociais até aplicativos de celular que exijam baixa conectividade para garantir que as pessoas do bairro sejam informadas de

todos os passos e participem do processo”, diz ele. A expectativa é de que a adesão dos moradores seja representativa, graças ao histórico de engajamento dos moradores do bairro na luta por melhorias para o território.

Há casos em que as instâncias de participação popular são canalizadas com a ajuda de uma organização, que cumpre o papel de direcionar a energia local para objetivos específicos. Atualmente no Jardim Lapenna há mais de uma década, a Fundação Tide Setubal começou seu trabalho no bairro como agente tradicional do Terceiro Setor, buscando contribuir com escuta, criação de vínculos, presença e diálogo. Aproximou-se de lideranças locais, ajudou a estabelecer equipamentos públicos locais e realizou atividades culturais e esportivas. Depois, voltou-se para uma maior oferta de serviços à população, intervenções em escolas públicas e a construção do Galpão de Cultura e Cidadania, um marco para os moradores.

As periferias veem
o Estado como
ineficaz, interessado
apenas em
arrecadar impostos

O passo seguinte foi expandir sua atuação nas escolas, com a formação de professores desenvolvida com metodologias próprias. A partir de 2011, a Fundação passou a atuar de forma mais intensa em articulação e na

ampliação de parcerias com agentes locais, instituições privadas e o poder público. Assim, procurou fortalecer instâncias de participação social, como o Fórum de Moradores do Jardim Lapenna, e ajudou a intermediar a relação do bairro com atores externos ao território. Segundo José Luiz Adeve, coordenador de projeto da Fundação Tide Setubal, o primeiro momento de mobilização no Jardim Lapenna realizou-se pela educação e pela saúde, que foi bem-sucedido graças a uma grande vocação solidária no bairro.

“O Fórum de Moradores foi fundamental para que a população conquistasse equipamentos públicos importantes. Quanto mais qualificadas e conscientes de seus direitos as pessoas se tornam, mais ganhos são possíveis”, conta Adeve, mais conhecido na vizinhança como “Cometa”. A mobilização social, articulação e interlocução institucional ajudaram a

trazer creches, a UBS e pontos de leitura para o bairro. Hoje a Fundação Tide Setubal também faz a gestão compartilhada com a comunidade de dois equipamentos sociais: o Galpão de Cultura e Cidadania e o CDC Tide Setubal, que está dando lugar à construção de um Centro de Educacional Unificado (CEU).

Agora, com a elaboração do Plano de Bairro, o desafio é encarar as demandas atuais, como a melhora dos indicadores de habitação e infraestrutura urbana, e desenvolver articulações para influenciar políticas públicas que assegurem um futuro sustentável. Além disso, o trabalho tem outro objetivo, que é construir uma metodologia para a montagem de um plano de bairro que possa ser replicada em outras periferias – nesse sentido, já há conversas em andamento com lideranças do Grajaú, na Zona Sul de São Paulo.

Os meios de organização e participação popular diferem de acordo com características próprias de cada região, como perfil demográfico, histórico de mobilização social ou região geográfica. Mas há um ponto em comum que une as periferias ou mesmo regiões centrais socialmente desassistidas do Oiapoque ao Chuí: a necessidade de representatividade. “O processo participativo é algo ainda muito novo para o Brasil, são poucas décadas em que esses mecanismos estão se desenrolando e essas capacidades estão sendo construídas”, afirma Letícia Arthuzo, pesquisadora do programa de Desenvolvimento Local do GVces.

No âmbito do programa Cidades Sustentáveis – uma cooperação entre o GVces e o Instituto Arapyaú –, Arthuzo mapeou mais de 200 experiências de participação da sociedade civil, e esteve presente em iniciativas em regiões tão diferentes quanto Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, e Sobral, no Ceará. Com experiência também em trabalhos de desenvolvimento local entre comunidades ribeirinhas na Amazônia, a pesquisadora afirma que a interferência de atores externos (como ONGs, academia ou agentes públicos) precisa ser cuidado-

sa, para que não agrida a dinâmica local.

Na prática, é preciso entender a região, a comunidade e como seus diferentes atores se comunicam, antes de qualquer intervenção – seja de caráter formativo, seja de agregação das pessoas. Um grupo de ribeirinhos da Amazônia terá um processo participativo muito diferente de um grupo de uma periferia da cidade grande, exemplifica. “O princípio básico de um processo participativo é construir algo *com* o grupo, e não *para* ele. Não pode ser *top-down* [de cima para baixo], é aí que muitas instituições erram em suas tentativas de organizar mecanismos participativos”, diz.

FAZER JUNTO

Esse ponto de partida de construir uma história *junto com* e não *para* a comunidade está na atuação da Fa.Vela, de Belo Horizonte, ONG que tem como objetivo identificar e estimular o “empreendedorismo de base favelada” em três grandes comunidades da Região Metropolitana de BH e capacitar os moradores em gestão de negócios e na economia criativa e solidária. Ainda que os temas como participação social e política não fos-

sem do escopo inicial do grupo, hoje eles passam os fóruns e *workshops* realizados pelo Fa.Vela. “A descrença na política tradicional e a vontade de fazer a diferença dentro da própria comunidade são elementos que a gente vê cada vez mais presente no discurso dos moradores”, diz o administrador de empresas João Souza, cofundador e presidente do Fa.Vela.

A ONG trabalha com quatro programas de aceleração de pequenos negócios. O primeiro envolve capacitação para microempresas tradicionais (das áreas de alimentação, construção civil, serviços de estética). O segundo, o Favela Resiliente, é voltado para o incentivo de negócios de impacto socioambiental, e já gerou novas empresas na área de reciclagem e serviços de lavagem de veículos sem uso de água.

Outro programa dedica-se aos “hackers da favela”, jovens com interesse e inclinação tecnológica, para que desenvolvam suas habilidades e

Construir algo *com* o
grupo e não *para* ele
é o princípio básico
de um processo
participativo

■ Acesse a pesquisa aqui: goo.gl/cvv5d6

É impossível falar em empreendedorismo sem lidar com as dificuldades de etnia e de gênero

potencial empreendedor nesse campo. Por fim, há também o Fala Fa.Vela, onde moradores de sucesso – os “heróis e heroínas da favela” – dão palestras que inspiram outras pessoas. Em dois anos de atividade, já foram realizadas ações de educação empreendedora com 60 pequenos negócios locais, e todos os treinamentos são realizados com recursos de financiamento coletivo e algum apoio de organismos internacionais, como o Consulado dos Estados Unidos.

O Fa.Vela surgiu como um coletivo de 12 amigos que tinham em comum o fato de serem egressos de áreas pobres de Belo Horizonte e terem tido acesso à educação universitária. A motivação inicial desses jovens foi usar seus conhecimentos para ajudar na transformação social das periferias, dando mais dinamismo à economia local. Mas a

proximidade com o modo de vida das comunidades fez com que outras questões, além da econômica, viessem à tona.

Além de ensinar a gerir um negócio, os programas da ONG também discutem questões étnicas e de gênero, bem como a autoestima de quem vive em favelas e tem de lidar com o preconceito do restante da cidade. “Em um país com agudas desigualdades, é impossível falar em empreendedorismo sem lidar com as dificuldades que um jovem pobre e negro, ou uma mulher negra, encontra em sua trajetória. Aqui eles se sentem um pouco mais acolhidos”, diz Souza, ele mesmo morador do Morro do Papagaio, aglomerado de comunidades pobres que se tornou a maior favela de Belo Horizonte, na Zona Sul da cidade. *(leia mais sobre disparidades de gênero e etnia no quadro abaixo).* ¹²²

MULHERES E NEGROS: RECORTE DAS DESIGUALDADES

Mesmo com a melhora dos indicadores sociais nos últimos anos, como a redução da pobreza e da miséria absoluta no Brasil, não houve expressiva redução das desigualdades sociais – em parte pelo fato de o tema ser complexo, pois compreende questões econômicas, sociais, políticas e educacionais. E, quando é feito o recorte de territórios, de etnia e gênero, essas desigualdades se tornam ainda mais contundentes. Habitantes das periferias enfrentam todos os dias uma cruzada para vencer dificuldades, que se acentuam mais quando é solicitado o CEP de sua residência.

As estatísticas recentes reforçam o quão desigual a sociedade brasileira ainda é – em termos sociais e também em relação às questões de gênero e etnia. Lançado em abril de 2017, o mais recente *ranking* do IDH da ONU analisa a desigualdade entre homens e mulheres nas nações, e estamos na 92ª posição entre 159 países analisados. No Brasil, a renda *per capita* das mulheres é 66,2% inferior à dos homens, mesmo elas tendo mais escolaridade e maior expectativa de vida do que os homens.

Na questão étnica, as ações afirmativas, tais como as cotas para afrodescendentes nas universidades, vêm trazendo avanços importantes, segundo dados do estudo *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): entre 1995 e 2015, a população adulta negra com 12 anos ou mais de estudo passou de 3,3% para 12%. O salto foi grande no Ensino Superior: em 2000, havia apenas 6,3% de estudantes pretos entre 18 e 24 anos frequentando universidades; em 2010 o percentual saltou para 30,4% (pretos), embora os bancos das universidades ainda sejam ocupados por 60,7% de estudantes brancos. Segundo uma projeção do Ipea, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007, seria necessário manter o mesmo ritmo de queda durante pelo menos 40 anos para que se consolidasse uma sociedade mais igualitária do ponto de visto etnoracial.

RICARDO SENNES

Economista, doutor em Ciência Política e sócio-diretor da Prospectiva Consultoria

artigo



Políticas sociais 2.0

A quebra do ciclo da pobreza só será possível se a qualidade na gestão e a descentralização econômica andarem juntas

Há um certo consenso no Brasil sobre os avanços gerados por políticas públicas promovidas com relativa continuidade e coerência nos últimos 20 anos. Os melhores resultados podem ser vistos na educação, na saúde e no combate à pobreza, por meio da transferência direta de renda. Ao atingir parte dos objetivos quantitativos propostos, é preciso, então, que as políticas sejam ajustadas agregando novas metas de qualidade e eficiência. Podemos dizer que a boa política pública é aquela que tem data para mudar de fase ou ser substituída.

No caso da educação, merecem destaque indicadores quantitativos do Ensino Fundamental e Médio. Em 2016, foi a primeira vez na história que mais de 50% dos jovens completam o ciclo básico na idade correta. Já em relação aos alunos matriculados no Ensino Superior, o número passou de 2,7 milhões em 2000 para 7,8 milhões em 2015.

Em saúde, o avanço foi igualmente relevante. A expectativa de vida do brasileiro saltou de 69 anos em 2000 para 75,5 anos em 2015. Como resultado de massivas campanhas de vacinação, doenças como paralisia infantil e tuberculose foram eliminadas quase por completo.

Iniciada nos anos 1990 e ampliada na década de 2000, as várias versões de políticas de transferência direta de renda foram responsáveis por tirar da miséria mais de 25 milhões de pessoas e por praticamente erradicar a pobreza extrema no País. Com esses resultados, é difícil não reconhecer o sucesso da iniciativa, tanto do ponto de vista social como do econômico.

As políticas citadas precisam ser alteradas justamente porque atingiram seus objetivos, ou parte significativa deles, sendo a próxima etapa a passagem de metas quantitativas para metas qualitativas. Mas o que parece ser apenas uma diferença semântica exige uma re-



volução do ponto de vista de estratégia e de instrumentos.

A fase quantitativa é marcada pelo papel central empenhado pelo governo federal, pelo predomínio de estratégias horizontais e semelhantes para todo o País, pela garantia de recursos e pela articulação entre uma elite de gestores públicos com acadêmicos e ONGs para garantir apoio e certa blindagem de suas estratégias.

Para atingir metas qualitativas de eficiência, o engajamento das demais unidades da federação passa a ser crucial, assim como a capacidade de definir estratégias adequadas a cada região ou cidade. O que marca essa fase 2.0 de políticas sociais é a necessidade de empoderar os gestores locais que, apesar de terem profundo conhecimento da realidade da região, ainda dependem enormemente de recursos e decisões federais.

Ainda que o desafio sozinho seja enorme, o esforço será em vão se não houver políticas que garantam a geração de oportunidades econômicas compatíveis com as demandas regionais. Políticas com foco em promoção de empregos, renda e espaços para novos negócios são fundamentais para que a região periférica não perca as externalidades positivas para outras regiões mais desenvolvidas. Nesse cenário, jovens bem qualificados mudam-se para bairros ou cidades com melhores oportunidades

de trabalho e onde os serviços sociais superam os da sua região de origem. O que mina o desenvolvimento das periferias, portanto, não é apenas a pobreza e a precariedade dos serviços sociais, mas a falta de dinamismo econômico.

Para superar esse obstáculo, é preciso também descentralizar parte dos instrumentos de fomento, que hoje são basicamente federais e voltados para políticas horizontais, além de garantir a capacitação de gestores municipais e/ou metropolitanos. Levar infraestrutura física e digital, criar escolas técnicas e cursos profissionalizantes atrelados a áreas com *clusters* de serviços especializados são algumas das ações possíveis, em particular nas regiões metropolitanas periféricas.

Um exemplo internacional tem sido a criação de fundos de investimentos cogeridos por entidades subnacionais e agentes de mercado. O estado de New Jersey, nos Estados Unidos, foi bem-sucedido em medidas para atrair investimento de indústrias de biotecnologia com ações dessa natureza.

Há uma falsa ideia de que o único fator de intervenção no desenvolvimento econômico urbano é o mercado imobiliário. Na realidade, são fenômenos muito mais amplos e potentes. O que mais segrega espacialmente ricos e pobres é a diferença de dinamismo econômico e oportunidades entre as regiões. Portanto, faz mais sentido tratar o mercado imobiliário como epifenômeno, ou seja, um efeito indireto e consequente.

Os gestores públicos estaduais e municipais devem estar atentos e capacitados para desenhar políticas públicas que atenuem essa dinâmica. Em países capitalistas, onde a lógica do mercado é a base da economia, são políticas de fomento de oportunidades econômicas descentralizadas que melhor respondem a esse desafio, e elas devem ser parte das políticas sociais 2.0.

Dos saberes locais

Aplicar o conhecimento cotidiano dos habitantes tornou-se componente importante para promover a integração urbana das periferias

POR DIEGO VIANA FOTO DICAMPANA FOTO COLETIVO

A gangue de Carlos Cruz foi atingida em cheio pela violência mexicana em 1999, quando um jovem ligado ao narcotráfico de sua periferia, ao norte da Cidade do México, foi morto em uma guerra de facções. Cruz era então um jovem dedicado a vários crimes, que ele mesmo enumera: “Tráfico de armas, falsificação de documentos, extorsão”.

A morte abalou profundamente os *pan-dilleros*. Cruz decidiu que era tempo de abandonar um estilo de vida que acabaria por vitimá-lo também. A mudança não foi simples em uma área com oferta deficiente de trabalho e formação. Mas o jovem se deu conta de que tinha um material com que podia trabalhar: o mundo do crime é tão organizado quanto o das atividades legais, emprega técnicas de administração eficazes e mobiliza saberes que o grupo de Cruz e outros na região já dominavam.

A virada consistiria em convencer chefes de gangues locais a aplicar seus conhecimentos à finalidade oposta: em vez da inserção pelo consumo que os jovens buscavam nas atividades criminosas, a inserção social, por meio de novas formações e a abertura de horizontes. Esta é a história do surgimento da ONG Cauce Ciudadano (Caminho da Cidadania), definida como uma “autoconstrução para a paz” e formada por pessoas que, como sublinha seu fundador, não tiveram estudos formais. Segundo Cruz, “não existem escolas para gente como nós”, porque “o sistema escolar para o qual nos convidam a voltar é o mesmo que nos expulsou”.

Hoje, a ONG atua em várias partes do México, é responsável por administrar esco-

las de formação e recebe apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da Comissão Europeia e de diversas empresas privadas. Carlos Cruz viaja o continente ensinando sua metodologia de atuação e, no ano passado, deu palestras na universidade americana de Stanford.

“O que vimos, desde adolescentes, era a violência nas ruas. Morávamos em bairros duros das periferias, onde aprendemos que a única forma de socializar era a violência”, diz Cruz. “Para nós, as únicas coisas que existiam eram as gangues, as cadeias e a polícia.” Uma coisa que a experiência no crime ensinou é que é preciso trabalhar naquilo que ele designa como “ambientes sociais”: ruas, escolas, prisões e outros. “É aí que planejamos, tanto em nível local como regional, a formação de lideranças, com pessoas já envolvidas nas gangues”, explica.

DE DENTRO PARA FORA

O caso mexicano ilustra o principal elemento de sucesso das iniciativas para melhorar a vida nas periferias e promover a integração urbana. Trata-se de aplicar saberes cotidianos dos habitantes, partir de demandas que eles mesmos expressam e atacar os problemas que há muito já identificaram.

O segundo ponto crucial é a conjugar diferentes experiências. Com essa filosofia, Cruz e outros empreendedores ligados à ONG Ashoka fundaram em 2004 a Escuela Latinoamericana para la Actoría Social Juvenil, que forma lideranças comunitárias voltadas para a aplicação desses saberes. “Articular as experiências reforça nossa capacidade de mobilização”, diz.



Os casos de duas cidades latino-americanas, Medellín e Rio de Janeiro, são uma demonstração inequívoca do que pode acontecer de diferente quando o ponto de partida para os projetos de intervenções urbanísticas é a própria comunidade, em comparação com projetos imaginados somente nas altas esferas da administração.

A partir de 1999, a segunda maior cidade da Colômbia, Medellín, passou por uma transformação radical. Conhecida até então pelo alto índice de homicídios, a cidade aos poucos se tornou mais famosa como exemplo basilar de integração urbana.

“A prefeitura estava aberta às demandas das comunidades, o que foi fundamental para orientar os projetos”, afirma o arquiteto Gustavo Restrepo, professor da Universidade Pontifícia Bolivariana de Medellín e autor de projetos de transformação da cidade. “Essa foi a chave: empoderar as populações. Isso diferencia Medellín de muitas cidades latino-americanas.”

O desenvolvimento urbano adquire poder, na medida em que expressa o desenvolvimento social e econômico das comunidades, explica Restrepo. “A participação das populações re-

vela tanto as possibilidades de transformações físico-espaciais quanto as oportunidades econômicas que podem advir das reformas”, diz.

Não se trata só de geração de empregos, mas também das funções que os novos edifícios poderão exercer. “Percebemos que a população favorece transformações urbanas em que estão claros não só a melhoria de acesso, mas também como os edifícios vão exercer uma função econômica para o próprio local”, explica o arquiteto.

Foi assim que nos edifícios construídos para permitir a acessibilidade nos bairros, como o teleférico (*metrocable*), estabeleceram-se comércios locais, centros de formação e contabilidade, instalações de serviços públicos. Segundo o arquiteto, esses ambientes fortaleceram a economia local e o senso de comunidade.

ESCUOTA SURDA

Medellín foi inspiração para iniciativas semelhantes em todo o continente, a começar pelo Rio. Para tornar-se sede das Olimpíadas de 2016, a cidade comprometeu-se com uma série de iniciativas de reforma urbana, incluindo a urbanização de favelas e o incremento dos transportes.

No Grande Rio, os problemas são vistos da ótica da capital, ou de parte dela: a Zona Sul

Hoje, porém, o quadro brasileiro é bem distinto do colombiano. A urbanização das comunidades estancou e, para piorar, depois de alguns anos com boas notícias na área de segurança pública, os cariocas voltaram a experimentar trocas de tiros diariamente.

“O poder público faz uma escuta surda das demandas da população”, diz o geógrafo Henrique Silveira, natural de Duque de Caxias e coordenador-executivo da ONG Casa Fluminense. “Um representante do gestor público aparece nas audiências, finge que escuta, mas fica por aí. Temos um grande déficit de transparência e participação real na condução das políticas públicas.”

Silveira dá como exemplo a construção da Linha 4 do Metrô, que liga a Zona Sul à Barra da Tijuca. A sociedade civil e o Ministério Público manifestaram-se contra o traçado proposto pelo governo. A população preferia outro trajeto, fiel ao projeto original da malha metروviária, mas foi ignorada pelo governo estadual.

A Casa Fluminense, fundada em 2013, procura pensar os problemas da Região Metropolitana do Rio de modo integrado, articulando movimentos sociais dedicados a áreas ou temas específicos, diz Silveira. “A Região Metropolitana do Rio não consegue se ver como área com 21 municípios. Os problemas são vistos da perspectiva da capital, ou de parte dela: a Zona Sul. Até os problemas das favelas são vistos em relação à Zona Sul.”

A desconexão entre os desejos da população e as ações dos governos, tanto municipal quanto estadual, não é um indicativo de que faltem à periferia da cidade vozes que reivindicam melhorias. Ao contrário, em diversos subúrbios e comunidades há fortes movimentos sociais. Segundo Silveira, uma meta da Casa Fluminense é ser o espaço em que esses movimentos se comuniquem e se articulem, para não ficarem isolados uns dos outros. “Muitas vezes, eles fazem trabalhos bem parecidos, mas poderiam se fortalecer e conseguir mais vitórias se agissem em conjunto”, afirma.

A entidade organiza periodicamente en-

contros para discutir a região metropolitana, os “Fóruns Rio”, sediados a cada vez em pontos diferentes da malha urbana. Um dos objetivos é conseguir que candidatos a eleições locais se comprometam com uma agenda de desenvolvimento integrada. No ano passado, diz Silveira, as mobilizações obtiveram o apoio de dois prefeitos e cinco vereadores que conseguiram se eleger.

Nem sempre o embate com a atuação surda do Estado resulta em derrota, diz Silveira, citando a Escola Municipal Friedenreich, no Maracanã. Ela seria demolida para a expansão do estacionamento do estádio, mas a mobilização da comunidade local a manteve de pé. “É preciso criar espaços reais de transformação do poder público, e precisamos entender que o poder público envolve o Estado e a sociedade. Se não, vira só poder estatal”, declara.

METODOLOGIA

Algumas das vitórias mais significativas estão em detalhes que parecem insignificantes, como a saída suplementar de uma estação de trem. Na Zona Leste de São Paulo, o potencial da mobilização de moradores pelo bem comum pode ser atestado, justamente, na conquista de uma conexão entre a comunidade do Jardim Lapenna e uma estação da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). A Estação São Miguel ficou pronta em agosto de 2013, sem um acesso ao norte, onde está a comunidade do Jardim Lapenna. A pressão organizada dos moradores conseguiu que, em outubro do ano seguinte, uma nova passarela de acesso fosse inaugurada.

O Jardim Lapenna faz parte da área de atuação da Fundação Tide Setubal, que se ocupa de mobilização social e formação de lideranças em São Miguel Paulista. “A comunidade fica à beira da linha do trem. Quando fizeram a Estação São Miguel, planejaram a saída só do lado mais rico. Esse foi um exemplo de como fortalecer o caminho de reivindicação de causas coletivas”, relata a psicóloga Paula Galeano, superintendente da Fundação.

Os saberes locais e as demandas dos próprios moradores exercem um papel crucial na filosofia da Fundação, como no método do Cauce Ciudadano. Segundo Galeano, o trabalho realizado em São Miguel ao longo de dez anos levou à sistematização da metodologia, baseada em quatro pressupostos. São eles o “fazer com”, a “escuta”, o “diálogo” e o “vínculo”.

“Fazer com” expressa um trabalho em que todos constroem as diretrizes do que precisa ser feito. A “escuta” diz respeito à descoberta das demandas, dos potenciais e dos saberes já presentes no território. Já o “diálogo” consiste em buscar articulações institucionais, estreitando laços com associações de bairro, igrejas, subprefeitura, escolas e outras entidades. O “vínculo” ensina que é necessário estar presente nos territórios para produzir laços que efetivamente deem frutos.

“Esses princípios permitem que sejamos reconhecidos como um agente articulador de diversas ações, nas quais a comunidade se envolve e produz junto”, afirma Galeano. “Depois de dez anos, fizemos um estudo dos indicadores de São Miguel Paulista, nas áreas em que atuamos, e a região melhorou mais do que as vizinhas.”

FERRAMENTAS

Ouvir as reivindicações dos moradores é apenas um dos desafios. Outro é encontrar os instrumentos para que as populações possam exercer seu poder de pressão. Este é o terceiro elemento que aumenta as chances de produzir mudanças positivas: ao tratar com o poder público, a principal ferramenta – mas também a mais difícil de obter – é a informação.

“O maior problema da relação com o Estado é que a informação é muito restrita. Então as pessoas não conseguem nem avaliar se uma política é boa para elas”, afirma o jurista Sergio Leitão, diretor de relacionamento com a sociedade do Instituto Escolhas, que se dedica a “colocar em números as questões que afetam a vida das pessoas”.

“Quanto Custa Morar Longe” é um dos projetos em curso no instituto. Sua fórmula vai

ao cerne do problema das periferias. Segundo Leitão, programas de habitação no Brasil têm o vício de empurrar as pessoas para longe, em razão do preço da terra. Não se aventou a possibilidade de que um cálculo mais amplo, envolvendo custos de transporte, energia, saneamento e serviços públicos como escolas, segurança e postos de saúde, demonstrasse ser mais barato oferecer habitação mais próxima.

Morando em condições precárias e com a perspectiva da casa própria, uma família que recebe um apartamento pelo programa Minha Casa Minha Vida, por exemplo, aceita sem pestanejar. Para Leitão, se tivessem acesso a informações mais precisas sobre o local para onde vão ser levadas, essas famílias talvez pensassem de outro modo.

“A ideia é que, quando a prefeitura oferecer uma casa, a pessoa possa rebater com números”, diz Leitão, enumerando: “Aqui não tem saneamento, vou ter de tirar meus filhos de uma escola com boa nota no Ideb [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica] e colocar em outra com péssima nota, não vou conseguir trabalho, porque o empregador não vai querer pagar o vale-transporte...”

O projeto consiste em produzir um banco de dados com os custos comparados da vida em diferentes periferias. Esses dados ficarão abertos para consulta, principalmente movimentos de moradia que se confrontam diretamente com o poder público.

A mobilização de baixo para cima, a articulação dos movimentos e o acesso à informação são os pontos em comum às iniciativas bem-sucedidas em redesenhar a relação entre a sociedade civil e o Estado nas periferias.

Nas palavras de Paula Galeano, essas preocupações orientam os próximos passos da Fundação Tide Setubal: “Se queremos trabalhar com as periferias para que elas se desenvolvam e se queremos que o poder público tenha um olhar de investimento mais estruturado e contínuo para essas regiões, é preciso se articular com os movimentos mais ativos e avançar na causa da transparência dos dados públicos”, afirma. 

Ao lidar com o poder público, a informação é o instrumento mais difícil de obter

Participação multiplataforma

Como a tecnologia pode modernizar a gestão pública e aproximar as políticas dos anseios sociais

POR CÍNTYA FEITOSA FOTO DICAMPANA FOTO COLETIVO

Uma das características comuns às manifestações de junho de 2013 e às que se seguiram a elas nos últimos anos foi o uso das mídias sociais para sua organização – um combo da crise de representatividade e do advento de novas formas de comunicação que mudam com mais rapidez do que os gestores públicos têm conseguido acompanhar.

O aumento da conectividade – ainda que maior entre os estratos mais ricos da população – e a popularização de *smartphones* abrem uma janela para novas formas de participação (leia quadro à pág. 44). Mas, ao mesmo tempo que o aumento da presença digital em meios descentralizados cresceu e foi fundamental para levar causas às ruas, a adesão a instrumentos oficiais consolidados apresentou queda nos últimos anos.

Um exemplo é o Orçamento Participativo de Belo Horizonte, iniciativa pioneira no Brasil e referência mundial, que ocorre desde 1993 e ganhou sua versão digital em 2006. No primeiro ano da experiência, foram registrados mais de 500 mil votos, de acordo com dados oficiais. Na última edição, em 2013, foram apenas 8.900.

“Pode até ser que [o aumento do uso de redes sociais e a queda em plataformas oficiais] sejam cenários isolados, mas não deixa de ser um indicativo de como o Brasil está envolvido em uma dinâmica de contradição”, avalia Júlio Andrade, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador em democracia e participação digital. Andrade destaca também que os espaços de participação oficial, juntamente com a crise da representatividade, têm tido a sua efetividade questionada. Isso leva ainda ao fortalecimento do papel do gestor e de seus canais pessoais em detrimento de canais oficiais.

O descrédito pode vir tanto do cenário político conturbado quanto de dados concretos, como a queda no número de obras do orçamento participativo executadas – atribuída também à crise econômica. O especialista aponta ainda questões como o desenho da plataforma e da participação social. Uma das formas mais comuns de envolvimento da população é apresentar demandas para votação, já a partir de uma triagem de propostas.

Ocorre que grupos com maior poder de mobilização acabam “vencendo” com suas demandas, no lugar de haver uma interação



social representativa – o que prejudica também quem tem menos acesso à internet. “A própria dinâmica de construção da ferramenta não deve ser submetida a uma lógica de cima para baixo, mas trazer a visão da população para o *design* da ferramenta.”

Além das plataformas oficiais, os governos não podem abrir mão de observar a dinâmica de diálogos que já acontece organicamente na rede. Um dos projetos desenvolvidos pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas (Dapp) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), por exemplo, é a análise do que se fala em mídias sociais sobre política em todo o País. A pesquisa é feita com base em menções de palavras-chave nas redes no território nacional em temas como educação, meio ambiente, saúde, segurança, mobilidade, economia e política. ■

“As pessoas falam muito sobre políticas pú-

blicas em redes sociais. Mas, se tivermos visão antiquada, esperar que falem sobre o programa A ou B, não vamos perceber. Elas falam sobre a vida delas, sobre como demora pra pegar ônibus, sobre segurança pública, sobre o preço do gás”, diz Pedro Lenhard, pesquisador da Dapp.

O que dificilmente se encontra nas redes são elogios a programas e ações do governo. “A gente observa, pela quantidade de informações que conseguimos coletar e pelos temas que pesquisamos, uma comprovação da hipótese de várias correntes da linguística que dizem que o cidadão tende a se manifestar, em qualquer instância, tendo como motivação inerente a insatisfação”, complementa Lucas Calil, também da Dapp.

APRENDER A PARTICIPAR

Incentivar entre jovens de periferias o interesse pela participação política por meio da comunicação digital é uma das motivações da

■ Acesse em bit.ly/1svVADQ

Para uma participação digital ativa, a formação *off-line* é imprescindível

Cipó Comunicação Interativa, projeto de Salvador que promove a educação para o empoderamento e empreendedorismo da juventude, em especial da juventude negra da capital baiana.

Para isso, além de formação em História, política, empreendedorismo, entre outros temas, os jovens participam de aprendizado em comunicação digital – o que envolve desde produção de conteúdo, programação e uso para promoção de pequenos negócios até navegação segura e privacidade. “O que costumo abordar com os jovens é que a internet não é só exposição da vida pessoal. Ela pode e deve ser usada para outras coisas, porque a juventude de periferia não tem espaço na mídia tradicional, mas a web possibilita ter voz”, diz Geisa Santos, educadora da Cipó e ativista em temas como privacidade na internet e inclusão tecnológica de mulheres.

Os equipamentos do projeto foram doados e a gestão e conservação são compartilhadas com a comunidade. “A comunidade criou um centro para que todos pudessem usar. A internet é paga em conjunto, assim como alguém para tomar conta – e tomar conta no sentido de suporte técnico, não de segurança. A própria

comunidade pensa muito nos jovens”, relata.

Mas, para uma participação digital ativa, a formação *off-line* é imprescindível. “Como funcionam as eleições? Como cobrar de vereadores? A gente trabalha esses temas também, assim como leitura de editais, participação cultural, dados públicos. Não começa nas redes sociais. Eles precisam saber o caminho formal para cobrar”, afirma Santos. Além das votações, petições *on-line* e debates sobre políticas públicas propriamente ditas, a educadora ressalta que não se pode deixar de observar outras formas de participação digital. “Na internet tem vídeos de *rap* e *slam*, por exemplo, que falam de política, de racismo, de educação, de oportunidades. Isso deve ser considerado”, conta Santos.

Lenhard, da Dapp, avalia que ações para ampliar a participação política digital devem ocorrer em várias frentes e ser concomitantes. “Temos questões de conectividade em dois polos. Um são as soluções de governo eletrônico, serviços – o polo administrativo; o outro é o aumento da conexão, que depende de uma série de fatores”, diz. “Nem todos podem ser resolvidos pela administração pública. Conectividade

de depende de infraestrutura, mas também de acesso a renda e diversos outros fatores da economia.” Para Júlio Andrade, da UFF, o estado da arte em transparência e interação digital é ter sistemas integrados, que reúnam dados de redes sociais, de ouvidorias (sejam elas à moda antiga, sejam digitais), de conselhos gestores

e informações técnicas, gerando um grande centro de inteligência pública. “Isso possibilitaria a mineração de dados e, a partir daí, realizar política pública mais proativa e alinhada ao anseio da sociedade. No âmbito municipal, tudo ainda é muito fragmentado, então todo esse potencial acaba se perdendo.”

Referência a *poetry slam*, batida de poesia, em tradução livre do inglês, uma “batalha” de poetas

REALIDADE REPROGRAMADA

Quando se mora “longe de tudo”, como se costuma dizer, as carências em infraestrutura e a falta de acesso a educação, cultura e serviços de qualidade podem desanimar. Mas são justamente essas condições que motivam algumas pessoas a criar soluções localizadas, mas com potencial de replicação. Nesta hora, as novas tecnologias são grandes aliadas, na medida em que reduzem as distâncias físicas, agilizam a comunicação e dão voz àqueles que têm pouco espaço e escuta na sociedade.

Inspirado por tais fatores, o Comitê de Democratização da Informática (CDI), organização carioca que atua em sete países, lançou em 2015 o → Recode, movimento voltado para jovens de 14 a 29 anos que pararam de estudar e estão sem emprego formal. Com base em conceitos do educador Paulo Freire, o Recode habilita o jovem a ser um “reprogramador” da sua realidade.

O resultado são histórias emocionantes, como a de Ricardo Pereira, de 23 anos, morador de Itaboraí, na Grande Niterói (RJ). Com as habilidades adquiridas no programa, ele pôde ajudar Pedro Paulo de Almeida, de 46 anos, vizinho, portador de paralisia cerebral. “Pedro é independente e trabalha como auxiliar administrativo, mas enfrentava obstáculos para se locomover”, conta o jovem que *prototipou*, com Pedro e a colega carioca de curso Raíssa Rodrigues, o aplicativo Repare de mapeamento de buracos, desníveis e má conservação nos caminhos para pedestres. Hoje, contam com apoio empresarial para aprimorar o produto e lançá-lo no mercado.

Dameres Muniz, da Zona Leste de São Paulo, de 19 anos, desenvolveu com três amigas o Wiggs Perfect, aplicativo para facilitar a doação de cabelo a pacientes com câncer. “Pude ver como posso mudar o mundo ao meu redor de uma forma acessível”, declara a jovem. Já a doula Camila Habdallah, 27, de Campo Grande, Zona Oeste do Rio de Janeiro, usou sua experiência no Recode para incentivar partos humanizados no Complexo do Alemão. Seu projeto foi selecionado para apoio financeiro e de formação pelo → British Council, com viagem de aprendizado ao Reino Unido. Em outros pontos do Brasil acontecem iniciativas similares. Em São Paulo, o movimento Periferia Hacker realizou sua primeira oficina em outubro de 2016, na qual foi desenvolvido um aplicativo para divulgar a agenda cultural do Grajaú (bairro da periferia da Zona Sul). Na mesma cidade, o FabLab Livre SP pôe impressoras 3D à disposição da população para que aprendam a produzir diversos objetos em diferentes escalas através de processos colaborativos de criação, compartilhamento do conhecimento e do uso de ferramentas de fabricação digital.

No Nordeste, comunidades unem-se para ter acesso à internet. Uma das pioneiras foi a associação de pescadores da cidade de Congo, na Paraíba. Suas 56 famílias uniram-se para instalar um computador com acesso à rede e “ficarem mais integradas ao mundo”, como definem. Na periferia do Recife, moradores compartilham o sinal trazido por rádio e o mesmo acontece na zona rural pernambucana. – por Neuza Árbocz

Organização criada em 1995 voltada para a transformação social por meio da inclusão digital

Organização internacional do Reino Unido para relações culturais e oportunidades educacionais

DESIGUALDADE NO ACESSO À WEB

O acesso à internet é crescente no Brasil, mas essa evolução ainda revela desigualdades socioeconômicas. A boa notícia é a difusão maior dos *smartphones*, aparelhos mais acessíveis para a população de menor renda.

Em 2015, o Brasil alcançou o índice de 58% da população conectada à internet, de acordo com dados da última pesquisa TIC Domicílios, realizada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI). O aumento foi de 5% em relação a 2014. Porém, a pesquisa aponta também o nível de desigualdade no acesso à rede: 95% dos entrevistados da classe A e 82% da classe B haviam utilizado a rede menos de três meses antes da entrevista. Na classe C, o número cai para 57%; e, nas classes D/E, para 28%.

Os dados coincidem com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2015, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que aponta que 57,8% dos lares do País tiveram acesso à internet. Ainda de acordo com a Pnad, os *smartphones* já se consolidaram como o maior meio de acesso à internet no Brasil – 92,1% do total, o que é atribuído ao valor mais baixo dos aparelhos em relação a computadores.



Pro infinito azul

*...Pode crer/ Esperei a semana inteira/ Finalmente, hoje é terça-feira/
Vou subindo a ladeira/ Vou no passo a passo/ no suingue do balanço/
ritmando no compasso/ Cooperifa meu quilombo cultural/ é poesia
literatura marginal/ Cooperifa academia das letras/ no risco da
caneta contemplando o luar/ chegando inspiração de todo lugar/ num
balão pelo ar flutuando ele vai pro infinito azul...*

A letra de *Quilombo Cultural*, rap composto pelo taxista e poeta Jairo Periafricana, tornou-se uma espécie de hino da Cooperifa, movimento cultural que acontece todas as noites de terça-feira, na Zona Sul de São Paulo. A música faz menção aos balões de gás que a Cooperifa costuma soltar quando termina o sarau no bar do Zé Batidão. As bexigas “transportam” poesias que “aterrissarão” em momentos e locais incertos. Preferencialmente próximo a alguém que saiba apreciá-las. – **por Magali Cabral**

REDE JORNALISTAS DAS PERIFERIAS

A Rede Jornalistas das Periferias é uma iniciativa de comunicador_s, morador_s de bairros periféricos da cidade de São Paulo, que atuam em diferentes frentes e áreas do campo, e de coletivos e movimentos de comunicação periféricos organizados, que tem o objetivo de promover e disseminar a informação produzida pelas periferias e para as periferias.

Importante que se ressalte, nem a Rede Jornalistas das Periferias, nem outras que existem ou virão, darão conta da complexidade que são as periferias da cidade. Por isso, nos enxergamos como uma das redes possíveis, um recorte de pessoas e coletivos. Ou seja: não nos enxergamos como voz, mas como uma das vozes. Das várias vozes que existem, existirão.

A nossa rede acredita na potência e importância de que as vozes das próprias periferias sejam as protagonistas no conteúdo jornalístico sobre essas regiões da cidade, constituídas historicamente em condições sociais de desigualdade de raça, classe e gênero, que se reproduzem, até mesmo, no ambiente profissional da comunicação.

A nossa rede afirma em sua constituição a defesa dos direitos dos moradores das periferias de São Paulo e apoia grupos de comunicação periféricos de todo o país, compreendendo os contextos específicos de cada região, além de outras iniciativas que valorizem e mobilizem as minorias em prol de uma sociedade mais justa, plural e democrática para todos os cidadãos.



Programa Brasileiro GHG Protocol



INICIATIVA GVCES

Vagas Limitadas

SAVE THE DATE

EVENTO ANUAL DO PROGRAMA BRASILEIRO GHG PROTOCOL



10.ago

Das 8h30 às 12h



FGV

Auditório Nove de Julho
Av. 9 de Julho, 2029

A programação completa será
divulgada em breve.

No evento serão apresentados os resultados dos inventários de emissão de gases de efeito estufa (GEE) das organizações membro do Programa Brasileiro GHG Protocol, no ano de 2016.

Conheça mais sobre o Programa Brasileiro GHG Protocol em www.ghgprotocolbrasil.com.br

Realização

